

Acção Socialista



N.º 1309 8 Julho 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

“Empresas e trabalhadores beneficiam muito com o novo modelo de regulação do mercado de trabalho”



ENTREVISTA A VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Empresas e trabalhadores vão beneficiar muito, e de forma equilibrada, no novo modelo de regulação do mercado de trabalho, afirma Vieira da Silva, sublinhando que o combate à precariedade nunca foi tão forte em Portugal. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o titular da pasta do Trabalho e da

Solidariedade Social reitera que a nova legislação tem benefícios directos no combate à precariedade e às desigualdades, permite aumentar a competitividade das empresas e cria condições mais favoráveis para atrair investimento estrangeiro para o nosso país.

8 e 9

Impostos

- Medidas fiscais vão minorar encargos com a habitação
- Redução do IVA ajuda consumidores mais necessitados

2



Universidade de Verão da Concelhia de Lisboa
Socialistas debateram cidadania e participação

12



Parlamento
Aprovada Lei do Divórcio

20

Novo Código do Trabalho
Reforçados direitos laborais

10

**Próxima entrevista pelos leitores do “Acção Socialista”
Jaime Silva, ministro da Agricultura**

Devido ao facto de ter havido um atraso na expedição da última edição do “Acção Socialista” por razões que nos são alheias, a data limite para a recepção das perguntas dos nossos leitores destinadas à entrevista ao ministro Jaime

Silva ficou prejudicada. No próximo número, o “Acção Socialista” sairá, então, com a entrevista ao ministro da Agricultura. **Envie-nos a sua questão até ao fim do próximo dia 16 para accaosocialista@ps.pt**



Sócrates anuncia medidas fiscais para minorar encargos com a habitação

O Governo vai avançar com medidas fiscais com reflexos na habitação, destinadas às famílias com mais baixos rendimentos, e baixar o IMI, imposto municipal que incide sobre os prédios, com o objectivo de atenuar o impacto da subida das taxas de juro e do aumento dos combustíveis, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates, em entrevista no dia 2 de Julho à RTP 1. Estas propostas em concreto serão apresentadas no debate do estado da nação, agendado para o próximo dia 10 de Julho.

SEGUNDO Sócrates, neste momento, a dedução fiscal do crédito à habitação é igual para todos os contribuintes, pelo que o Governo tornará essa redução “progressiva”, beneficiando assim quem tem menores rendimentos. O objectivo é, frisou, “ajudar quem mais precisa”.

Já em relação ao IMI, considerou “inadmissível que, numa altura em que as consequências que são conhecidas com as despesas com a habitação, haja aumentos de 15%”, acrescentando que, por isso, “vamos mudar essa regra, alterando os limites máximos do IMI, por forma a reduzir o encargo fiscal dos proprietários de casas”.

No entanto, devido à grave crise internacional, Sócrates reiterou que não há condições para reduzir os impostos, porque, explicou, tal decisão poria em causa o esforço que tem sido pedido aos portugueses para pôr as contas em ordem”, acrescentando que uma redução da carga fiscal em 2009 seria “uma aventura”.

Segundo sublinhou o chefe do Governo, “a nossa economia vai passar por um abrandamento, como todas as economias europeias e dos Estados Unidos, mas

o nosso dever é enfrentar com coragem, determinação e ânimo as dificuldades que vamos enfrentar este ano e no próximo”.

Por outro lado, o primeiro-ministro sustentou que hoje não se verifica um agravamento das tensões sociais em Portugal, apesar da contestação social existente, a que disse já estar habituado, nomeadamente da CGTP, que acusou se ter feito sempre oposição ao Governo.

E, a propósito, voltou a salientar os aspectos mais positivos da revisão do Código do Trabalho, que resultou de um acordo em sede de concertação social. “Fizemos uma reforma da legislação laboral com base num acordo de concertação social, que resultou de um esforço de entendimento”, disse, acusando a CGTP de nunca, desde a primeira hora, ter querido o entendimento.

Sócrates reafirmou que esta reforma laboral vai incrementar a liberdade de negociação entre os sindicatos e as empresas, dar mais capacidade às empresas de responder aos desafios da economia global e ainda combater a precariedade laboral.



Ferreira Leite retoma o discurso da tanga

Um dia depois de Manuela Ferreira Leite, líder do PSD, em entrevista à TVI, ter contestado o pacote de obras públicas previstas para o país, Sócrates considerou que esta postura é uma reedição do discurso da “tanga” feito por Durão Barroso em 2002, que na altura foi “um entusiasta” do TGV.

Esse discurso, continuou, “pretende passar para os portugueses o pessimismo e a descrença, mas isso

não é o meu dever, porque o dever de todos os políticos é dar ânimo e coragem aos portugueses”.

Segundo o chefe do Governo, os investimentos previstos são “modernizadores” e “reprodutivos” para a economia, designadamente no que respeita aos parques eólicos e às baragens.

Interrogado sobre a análise da relação custo-benefício de algumas infra-estruturas, como o TGV ou o aeroporto, Sócrates disse que os estudos “vão sendo actualizados à medida em que os respectivos

projectos se desenvolverem”.

Sobre as críticas do seu camarada de partido Manuel Alegre, disse que “vive bem com elas” e “respeita o seu ponto de vista”, elogiando-o por alertar nas suas intervenções para aspectos a que é preciso dar atenção, como, por exemplo, a importância da humildade.

“As críticas de Manuel Alegre têm já muitos anos, vivo bem com elas e respeito o seu ponto de vista. Pelo contrário, essas críticas só me animam a governar melhor”, disse.

Redução do IVA vai ajudar consumidores mais necessitados

A DESCIDA em um ponto percentual da taxa mais elevada do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) permitirá ajudar à poupança, essencialmente, dos consumidores mais necessitados. Esta a ideia defendida pelo ministro da Economia, Manuel Pinho, nas visitas que realizou recentemente a várias superfícies comerciais de Lisboa.

No dia em que a redução do IVA de 21 para 20% entrou em vigor, o titular da pasta da Economia sublinhou que os distribuidores do sector já estão a notar alterações e a evidenciar resultados concretos, que “devem servir de exemplo”.

“Esta foi a redução possível e só foi possível porque todos nós fizemos um grande esforço nos



últimos três anos para consolidar a situação orçamental”, venceu Manuel Pinho, para depois, perante os jornalistas, ter adiantado que, até ao final da legislatura, gostava de “baixar o IVA tanto quanto possível”.

Recorde-se que a baixa de 1% na taxa mais elevada do IVA entrou em vigor no dia 1 de Julho passado, com os diferentes distribuidores a oferecerem uma redução quase imediata na maioria dos produtos visados e alguns um desconto adicional.

Refira-se igualmente que os produtos com 20% de IVA pertencem essencialmente ao grupo alimentar, bazar, têxtil, droguaria, perfumaria e higiene, e alguns às mercearia e bebidas. M.R.

A maioria absoluta do PS é para modernizar Portugal

UNIVERSIDADE MERIDIONAL

O eleitorado deu ao PS uma maioria absoluta para que “se empenhasse num processo de reformas políticas para modernizar Portugal. E não para deixarmos tudo como estava”, afirmou José Sócrates, no encerramento do curso de Política e Administração Pública da Universidade Meridional, uma iniciativa promovida pela Federação do Algarve.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPOIS de referir que a Universidade Meridional é um “sinal da ambição” de um partido que “pretende dialogar com os jovens mais qualificados” e que esta iniciativa cumpriu os objectivos de “um PS aberto e moderno”, José Sócrates passou em revista um conjunto de reformas que o Governo tem levado a cabo desde 2005.

Na sua intervenção, o líder socialista salientou que hoje temos “uma Segurança Social mais justa, porque funcionários públicos e privados passam a reformar-se com a mesma idade, 65 anos”, contando para o efeito toda a carreira contributiva.

José Sócrates referiu ainda que a reforma da Segurança Social permitiu que Portugal deixasse de “ser um país de alto risco” e passasse a ser um país onde se garantiu “a sustentabilidade” das reformas dos portugueses.

E sublinhou que a Segurança Social pública é “o maior instrumento de promoção da “igualdade de todos na reforma”, no âmbito da “solidariedade entre gerações”.

Quanto à reforma da Administração Pública, recordou que foi reduzido, nos últimos três anos, em 25%, o número de organismos do Estado e o número de dirigentes, bem como de funcionários, menos 40 mil. Uma redução que, frisou, “acontece pela primeira vez”.

Sócrates enalteceu ainda o novo sistema de avaliação na Administração Pública baseado “no mérito e no bom desempenho” e salientou que a introdução das tecnologias da

comunicação e informação serviram para 60 % das empresas em Portugal terem sido constituídas em “menos de uma hora”, enquanto que em Espanha “são precisos 40 dias” para o fazer.

Ainda no âmbito da modernização da Função Pública, o secretário-geral do PS referiu que o Simplex, um programa de simplificação administrativa que visa “eliminar processos burocráticos desnecessários”, possibilitou elaborar um documento único para o automóvel, ou a criação do cartão do cidadão.

“É assim que se faz uma Administração Pública moderna, lutando contra a burocracia e diminuindo despesas”, disse, acrescentando que “o custo da burocracia é oculto, mas pesa sobre todos – empresas e cidadãos”.

E reafirmou que o Governo está a promover “uma cultura que valoriza a iniciativa, o risco”, para que os portugueses tenham melhores serviços públicos.

O primeiro-ministro referiu-se ainda aos empréstimos aos estudantes do ensino superior, uma medida do Governo que “dá mais oportunidades aos jovens e garante a sua autonomia” em relação ao núcleo familiar, assumindo o Estado o papel de fiador junto das instituições bancárias.

Sobre a revisão do Código do Trabalho, José Sócrates, disse que o acordo alcançado em sede de concertação social, “para desgosto de muitos”, é “fundamental para o país, que precisava de um novo compromisso social”.

E referiu que a reforma laboral visa, por um lado, garantir “mais flexibilidade” às empresas para or-



ganizar o tempo de trabalho, através de negociação entre empresários e trabalhadores, num processo que visa “dar mais competitividade às empresas” e, por outro lado, “combater a precariedade e a insegurança”, através da redução dos contratos a prazo de seis para três anos, de uma penalização da taxa social única para os empregadores que “fomentam os contratos a termo” e de o aumento das penalizações aos falsos recibos verdes. “Como se pode dizer com estas medidas que não se combate a precariedade?”, questionou.

O novo Código do Trabalho vai permitir, ainda segundo o primeiro-ministro, que as empresas no Algarve e devido à sazonalidade do turismo possam celebrar “contratos intermitentes” com os trabalhadores.

E explicou que o denominado contrato intermitente vai garantir um vínculo do trabalhador à empresa todo o ano e mesmo que aquela pessoa só trabalhe seis meses, está garantido o seu ordenado, embora com uma redução de 20 por cento.

Reformas indispensáveis e mudanças necessárias

Por outro lado, José Sócrates

salientou que “o PS está a fazer as reformas indispensáveis e as mudanças essenciais a favor de uma esquerda progressista que tem um pensamento de modernização do país”.

E acrescentou que “ser de esquerda é lutar pela mudança e não querer tudo como está”, já que, frisou, “vivemos num mundo em mudança profunda e rápida, em que o pior crime é ficar parado”.

No final da sua intervenção, o líder socialista participou ainda na cerimónia de entrega de diplomas aos 60 jovens que frequentaram a Universidade Meridional.

Refira-se que a Universidade Meridional, iniciativa destinada a dar formação política a jovens quadros, decorreu de 19 de Outubro a 27 de Junho, tendo sido inaugurada pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que fez a lição de abertura sobre “As grandes questões do nosso tempo”.

No quadro da Universidade Meridional tiveram lugar os seguintes painéis: “A organização democrática do Estado”, a cargo de António José Seguro, “O modelo constitucional de descentralização”, em que foi orador Ricardo Rodrigues, “Os novos desafios, novos caminhos:

a resposta ideológica da esquerda moderna”, por Augusto Santos Silva, “Novos desafios, novos caminhos: a resposta ideológica”, em que participou Pedro Mexia, “Organização das autarquias regionais e municipais”, por Eduardo Cabrita, “Geoestratégica, o papel de Portugal no mundo”, a cargo de José Lamego, “Fiscalidade pública nacional, regional e municipal”, a cargo João Amaral Tomás, “factores para o investimento estrangeiros em Portugal”, por Basílio Horta, “Políticas públicas e processo de orçamentação”, em que foi orador Adriano Pimpão, “Política regional europeia”, por António Covas, “Inovação, competitividade e plano tecnológico”, a cargo de Carlos Zorrinho, “A questão europeia”, por António Vitorino, “Planeamento e desenvolvimento regional”, a cargo de João Faria, “Sistemas de inovação”, por João Guerreiro, “Políticas regionais”, que teve como oradores Jorge Botelho, Rui Lourenço, Luís Correia, Porfírio Mata, Leite Pereira e Castêlão Rodrigues, “Portugal e a globalização no horizonte de 2020”, por José Manuel Félix Ribeiro e “Reforma da Administração Pública”, a cargo de António Gameiro.

A reforma laboral é boa para os trabalhadores

AS ALTERAÇÕES ao Código do Trabalho aprovadas em sede de Concertação Social são boas para os trabalhadores, declarou o primeiro-ministro, José Sócrates, num plenário federativo que decorreu recentemente, em Setúbal, onde foi discutido o tema “A Reforma Laboral – Um Novo Compromisso Social”.

“Estas propostas combatem a precariedade tal como todos aqueles que estão no regime precário bem sabem”, afirmou José Sócrates durante esta iniciativa, na qual participou também o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Depois frisou que a nova legislação laboral proporciona também “melhores condições” à Inspeção de Trabalho e aos tribunais para combaterem os falsos recibos verdes.

Aos detractores da nova legislação do trabalho deixou uma crítica.

“Há para aí quem lance um embuste monu-



mental dizendo que esta nova reforma do código laboral visa manter a precariedade, mas isso não resiste à menor análise em concreto das propostas”, declarou.

E para desfazer todo equívoco, voltou a frisar, perante várias centenas de socialistas que se reuniram no auditório da Estalagem do Sado, que o novo Código do Trabalho contém “soluções inovadoras” que assentam em dois pilares

fundamentais: “maior flexibilidade dentro das empresas e combate à precariedade”.

“Queremos mais flexibilidade para que empregadores e trabalhadores possam negociar a organização dos seus tempos de trabalho”, clarificou, afirmando, de seguida, sentir orgulho pelo facto de ser primeiro-ministro de um Governo que propôs o conjunto mais ambicioso de medidas para combater a precariedade no mundo do trabalho”.

Assegurou igualmente que as alterações à legislação laboral aprovadas em sede de Concertação Social vão limitar a utilização dos contratos a prazo e reduzir a duração dos mesmos de seis para três anos.

Assim, aos que continuam a achar e a manifestar que o que foi alcançado recentemente nesta matéria é pouco, José Sócrates deixou um repto: “Desafio quem quer que seja a dizer-me qual foi o Governo, nestes 30 anos de

democracia, que fez propostas mais arrojadas e mais ambiciosas que este Executivo para combater a precariedade”.

Recusou-se, portanto, a reconhecer uma pretensa legitimidade àqueles que se julgam no direito de passar “certificados de esquerda”.

“O PCP e o Bloco de Esquerda acham que têm o cartório onde podem passar os certificados de ser ou não ser de esquerda”, criticou, reafirmando categórico que o PS sempre foi um partido de esquerda com preocupações sociais.

A utilização de dirigentes e centrais sindicais pelo PCP para atacar o Governo e insultar membros de outros partidos foi também criticada fortemente pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para quem esta atitude é “prejudicial para os sindicatos, para os trabalhadores e para a democracia”. M.R.

Barragem do Sabor começa a produzir em 2013

A CONSTRUÇÃO da barragem do Baixo Sabor é uma aposta correcta, um investimento seguro do ponto de vista económico, garantiu o primeiro-ministro.

Sócrates refutou a contestação dos ambientalistas dizendo que o tempo de discordar “já passou” e que agora o momento “é para se construir”.

Há cinco anos, recordou o primeiro-ministro, “que lidamos com a contestação dos ambientalistas”, sublinhando que “houve um tempo para discutir e avaliar”, e agora o “momento é para fazer”.

O Governo tomou todas as medidas e precauções em relação aos necessários impactos ambientais, avaliações que, lembrou o chefe do Executivo, foram em devido tempo analisadas pela Comissão Europeia.

Para José Sócrates, trata-se de um “investimento ambiental e económico da maior importância”, não só porque ajuda o país a ficar menos dependente das importações de petróleo, mas igualmente por constituir uma infra-estrutura, como frisou, que é um “contributo decisivo para ajudar a reduzir o aquecimento global”, representando, paralelamente, mais um forte



“contributo na redução das emissões de CO2”.

Trata-se de um investimento no potencial hídrico nacional, de cerca de 359 milhões de euros, num sector que o Governo português está

cada vez mais decidido a valorizar no âmbito da aposta nas energias renováveis.

A barragem do Baixo Sabor terá uma capacidade instalada de 170 megawatts, estando previsto que

comece a produzir energia em Setembro de 2013.

O primeiro-ministro falava numa cerimónia que decorreu em Miranda do Douro, Trás-os-Montes, onde assinou com a EDP os contratos de

combinado de energia hídrica e eólica”, iniciativa que, recordou, “vai permitir poupar mil milhões de euros por ano em combustíveis e em custos evitados de emissões de CO2”. R.S.A.

VERBAS DO QREN SÃO CORRECTAMENTE DISTRIBUÍDAS

O MINISTRO do Ambiente considera que há “um conjunto de mal-entendidos” nas afirmações do presidente da Câmara Municipal e presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP) em relação às transferências das verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) que Rui Rio diz que vão ser desviadas da região Norte do país para o Sul.



Nunes Correia lembra que o parecer jurídico que a JMP divulgou recentemente sobre os critérios de distribuição das verbas comunitárias, onde se afirma haver “várias violações ao direito comunitário na transferência dos dinheiros do QREN”, não corresponde à verdade, sublinhando o responsável governamental que “está a haver uma extrapolação enorme, desmesurada da realidade e uma leitura política que não corresponde à realidade”.

Lamentando que os responsáveis da JMP tivessem enviado apressadamente para Bruxelas uma queixa, Nunes Correia considerou-a “surpreendente”, uma vez que essas medidas “foram negociadas e contratadas com a própria Comissão

Europeia”, tendo em vista, adiantou, “nalguns casos defender as regiões de convergência”.

O ministro do Ambiente referiu ainda que as disposições sugeridas pela Comissão Europeia apontam para que “alguns dinheiros gastos em Lisboa sejam considerados como benéficos para as regiões de convergência”, quer estejam a Norte, ao Centro ou no Alentejo.

Paralelamente, Nunes Correia defendeu que algumas verbas comunitárias devem ser igualmente canalizadas para o apoio aos pescadores, agricultores e transportadores públicos, justificando esta sua posição em virtude do que “têm sofrido com o aumento dos preços dos combustíveis”. R.S.A.

Parque prisional renovado

OS 450 milhões de euros que o Governo vai investir na construção, melhoramento e renovação do parque prisional português representam “um importante investimento público, indutor de actividade e crescimento económico”, garantiu o ministro da Justiça.

Trata-se, disse Aberto Costa, de um passo em frente muito significativo que o Executivo dá no sentido de “não defraudar as expectativas económicas nacionais”, investindo dinheiros públicos na construção de dez novos estabelecimentos prisionais e na requalificação e ampliação de outros três.

Neste quadro, serão construídos novos estabelecimentos prisionais em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, nos Açores, Grândola, Lisboa e Vale do Tejo (Almeirim), Castelo Branco, Alentejo norte, Litoral, Leiria e Algarve.

Os estabelecimentos prisionais de S. José do Campo, em Viseu, de Alcoentre e de Izeda, anunciou ainda Alberto Costa, serão alvo de acções de requalificação e ampliação.

Em fase mais adiantada estão desde já, como frisou o ministro da Justiça, as futuras instalações em Angra do Heroísmo, cujo concurso público, garantiu, já foi lançado, uma obra que permitirá “que os açorianos condenados



possam cumprir a sua pena na região junto das suas famílias”.

Simultaneamente, o Governo vai lançar em breve dois outros concursos públicos para a construção de dois grandes projectos, o estabelecimento prisional do Vale do Tejo e o estabelecimento prisional do Sado, que vão substituir respectivamente o Estabelecimento Prisional de Lisboa “que deixou de fazer sentido estar localizado numa zona densamente urbana e nobre da cidade” e o estabelecimento prisional de Caxias que deixou igualmente de ter “as necessárias condições físicas”.

Em relação ao outro grande projecto, o estabelecimento prisional do Sado, irá substituir o

situado em Pinheiro da Cruz, considerado, como recordou o ministro, como “um dos piores do actual sistema em termos de condições infra-estruturais”.

Segundo Alberto Costa, a reforma que o Governo está a empreender tendo em vista renovar o parque penitenciário português visa “melhorar não só as condições de segurança”, como também “ordenar e disciplinar de todo o sistema prisional”, não descurando um dos aspectos fundamentais que passa por aperfeiçoar as condições de reclusão, “no respeito pelos valores da vida e dignidade humanas, favorecendo uma mais adequada ressocialização dos cidadãos reclusos”. R.S.A.

Novas escolas com melhor arquitectura

DOTAR com o melhor da engenharia e da arquitectura portuguesa é um objectivo inserido no Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, que se desenvolverá até 2015.

Segundo o primeiro-ministro, José Sócrates, na intervenção que fez após a assinatura de um acordo entre o Parque Escolar e o Programa Operacional de Valorização do Território para aplicação de 116 milhões de euros de fundos comunitários na execução do Programa de Modernização de Escolas, “queremos atrair para a escola portuguesa o melhor que temos na engenharia e na arquitectura”.

Segundo dados do Governo, no próximo ano lectivo, estes 116 milhões de euros compartilharão um total de investimento na ordem dos 209 milhões de euros destinados a obras de requalificação de 26 escolas secundárias.

Em 2009, na terceira fase do programa, o Governo pretende fazer obras de requalificação em 74 estabelecimentos de ensino, o que representa um investimento de 536 milhões de euros.

Numa sessão em que também estiveram presentes os ministros da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, das Obras Públicas, Mário Lino, assim como os bastonários das ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos, José Sócrates sustentou que a existência do programa de re-



qualificação de escolas “só foi possível porque o Governo fez uma escolha política” de base.

Ou seja, disse, “o Governo decidiu que o Quadro de Referência Nacional Estratégico (QREN) destina 37% das suas verbas a educação, formação e investigação científica, mais 11% do que no anterior quadro comunitário de apoio”.

37%

É a percentagem das verbas do QREN destinadas a educação, formação e investigação científica

Aposta na qualidade do espaço escolar

Na área da educação, o primeiro-ministro referiu que as primeiras décadas da democracia portuguesa tiveram a meta de construir novos estabelecimentos de ensino para corresponder ao aumento da população escolar, enquanto a aposta agora é na requalificação e

qualidade do espaço escolar.

Na sua intervenção, José Sócrates afirmou ainda que os projectos de requalificação “terão a participação activa da comunidade escolar” a que se destinam. “As obras de requalificação não será impostas a partir de um qualquer gabinete do Estado. Queremos que haja sempre intervenção dos actores desse mesmo espaço”, acrescentou.

Apoiar PME com projectos de inovação

REFORÇAR os instrumentos de financiamento dos projectos inovadores de pequenas e médias empresas (PME) é o objectivo central do decreto-lei aprovado pelo Governo e que prevê a criação do Finova – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação.

“O Finova constituirá um veículo privilegiado para assegurar novas oportunidades de financiamento às PME, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)”, refere o comunicado do Conselho de Ministros do passado dia 3 de Julho, onde se explicita que, entre outras metas, este fundo de natureza autónoma pretende “estimular a intervenção do capital de risco no apoio às PME, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projectos inovadores”.

O Finova irá reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projectos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário.



“Promover a contratualização junto do sistema financeiro de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso aos financiamentos” e “dinamizar a utilização de novos instrumentos (nomeadamente os convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento)” são outras metas deste fundo, com o qual o Executivo quer ainda incentivar o empreendedorismo, sobretudo o jovem e feminino, e “favorecer a implementação do programa de estratégias de eficiência colectiva que se encontra definido na agenda da competitividade do QREN”.

Assim, a concretização dos objectivos do Finova far-se-á através da participação em instrumentos de financiamento de capital próprio, como fundos de capital de risco, investidores informais para actividades na fase de pré-semente, fundos de sindicância de capital de risco e fundos de

participação em outros fundos de capital de risco”, conforme aponta o decreto-lei aprovado pelo Governo.

Mas o Finova terá ainda participação no reforço de instrumentos de financiamento de capitais alheios, como o fundo de contra-garantia mútua, sociedades de garantia mútua, fundos de garantia para a titularização de créditos, fundos de investimento imobiliário, linhas de crédito especiais, nomeadamente com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros, e outros mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

NOVAS REGRAS DE APOIO A ESCOLAS DE MÚSICA

O MINISTÉRIO da Educação (ME) estabeleceu um novo quadro de apoio financeiro às escolas de música do ensino particular ou cooperativo, que assentam no critério do custo anual por aluno.

Assim, segundo uma nota do ME, “os estabelecimentos de ensino especializado da música da rede de ensino particular e cooperativo com autorização de funcionamento podem candidatar-se ao apoio financeiro a conceder pelo ministério à frequência dos cursos de iniciação, dos cursos básico e secundário em regime articulado e dos cursos básico e secundário em regime supletivo”.

A aprovação da comparticipação tem em linha de conta a avaliação dos projectos apresentados pelas escolas através de uma comissão e o cálculo do apoio financeiro utiliza como critério do custo anual por aluno.

De acordo com as novas regras, é imposto que os alunos dos cursos de iniciação tenham pelo menos três horas semanais de

formação e ainda que só serão admitidos para financiamento “os estudantes que concluem um curso básico de música no período máximo de seis anos e os que concluem um curso secundário de música no período máximo de quatro anos”.

Por outro lado, as escolas não podem cobrar propinas aos alunos abrangidos dos cursos básico e secundário em regime articulado e as mensalidades cobradas aos cursos de iniciação e aos cursos básico e secundário em regime supletivo não podem ser superiores ao valor da comparticipação financeira concedida pelo Estado.

Segundo o ministério, as novas regras têm como objectivo “garantir uma maior articulação entre o ensino artístico especializado e o ensino regular”, tendo em vista “a reestruturação da rede de oferta do ensino artístico especializado”, nomeadamente “o seu alargamento a um maior número de alunos, em condições de equidade”.

OCDE elogia reformas do Governo

O RELATÓRIO sobre Portugal apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é o mais elogioso dos últimos anos para as políticas seguidas pelo Governo.

O documento, apresentado no dia 25 pelo secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, em Lisboa, faz um balanço muito positivo das medidas tomadas para reduzir o défice orçamental, reformar a Administração Pública e reduzir os custos associados a fazer negócios em Portugal. “Portugal está agora mais bem preparado para enfrentar a crise”, disse Angel Gurría.

No seu discurso na apresentação do relatório da OCDE, em Lisboa, José Sócrates foi respondendo a algumas recomendações que a organização fez acerca da situação de várias áreas do país, da energia, aos transportes, mercado de trabalho, educação ou telecomunicações.

O primeiro-ministro salientou a evolução na Segurança Social nos últimos anos, que possibilitou a Portugal deixar de ser um país com de “alto risco”, e permitiu integrar alterações como a transição para um sistema único onde o sector público e o privado seguem as mesmas regras.

Uma das críticas que o secretário-geral da OCDE apontou a Portugal foi o baixo investimento em investigação e ciência, principalmente do sector privado, tendo José Sócrates respondido que, pela primeira vez, um por cento do rendimento nacional é aplicado em ciência.

Quanto à necessidade de promover



maior concorrência nas telecomunicações, electricidade e transportes, defendida pela OCDE, José Sócrates afirmou que na área energética existem duas empresas e existe uma “verdadeira concorrência” entre Galp e EDP, tanto em termos de mercados, como de negócios.

Na Administração Pública, Sócrates destacou a redução de 40 mil funcionários nos últimos três anos, enquanto o número de organismos registava um decréscimo de 25%.

O primeiro-ministro referiu ainda as reformas levadas a cabo na educação, salientando que já existem aulas de substituição em todo o sistema de ensino e destacou o facto de que mais de 80% das escolas primárias estarem a funcionar até às 17h30.

Como defende a OCDE, Sócrates sublinhou que Portugal apostou em cursos profissionais e no próximo ano lectivo serão quase metade do total, situação a que se junta “um dos programas mais importantes”, o das

“Novas Oportunidades”, com 460 mil inscritos.

Relativamente às telecomunicações, a evolução foi de um milhão de subscritores da banda larga em 2005 para 3,1 milhões hoje, o que, para José Sócrates, é um dos pontos que reflecte o facto de Portugal ser um dos países que mais cresceram na adesão à banda larga.

Por outro lado, disse Sócrates, a partir de Setembro todas as salas de aula portuguesas vão ter Internet

disponível, e por cada cinco alunos vai existir um computador.

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, também presente na cerimónia, comentou a opinião da OCDE sobre a necessidade de aumentar a concorrência nas telecomunicações em Portugal, afirmando que “há muita concorrência” e que o sector tem registado grande desenvolvimento nos últimos três anos, existindo vários operadores.

ADSE PARA TODOS OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS



TODOS os trabalhadores da Função Pública têm acesso à ADSE a partir de 2009. Quem o garante é o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

A partir do próximo Orçamento do Estado, todos os funcionários públicos vão poder recorrer aos serviços da ADSE, independentemente do tipo de vínculo que tenham com o Estado. Esta a promessa que o ministro Teixeira dos Santos deu no Parlamento, durante um debate sobre a protecção social dos trabalhadores

que exercem a sua actividade na Função Pública, garantindo que o regime de protecção social destes trabalhadores “é para ficar” e que a sua continuação “nunca foi posta em causa”.

O subsistema de saúde dos funcionários públicos, ADSE, foi criada em 1963 e abrange também os cônjuges e descendentes, deixando de fora até agora os trabalhadores com contrato individual de trabalho, situação que o Governo vai alterar já a partir de 2009. R.S.A.

Santos Silva reitera que Executivo não abdica do investimento em infra-estruturas

O GOVERNO não vai abdicar do investimento em infra-estruturas públicas que melhorem a competitividade das empresas, reiterou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, na sessão de abertura do III Congresso das Indústrias de Madeira, Mobiliário e Afins.

Santos Silva reagiu assim às declarações de antigos responsáveis governamentais do PSD contra o plano de investimento em Obras Públicas, na senda do discurso da nova líder do PSD.

“Rodovia, ferrovia, instalações portuárias e aeroportuárias são um conjunto de investimentos da responsabilidade do Estado e da qual este Governo não vai abdicar”, frisou.

À margem do congresso, o ministro considerou que as declarações contra o investimento público em infra-estruturas são “uma jogada político-partidária” e um “pretexto para o combate partidário”, lem-



brando que “as mesmas pessoas que pedem agora que se desista de duas linhas de TGV são as mesmas que, quando estavam no Governo, aprovaram quatro mais uma”.

Para Santos Silva, “seria absurdo que o Estado prescindisse agora de realizar investimentos da sua responsabilidade, quando grande parte deles mobilizam parcerias com privados, que têm financiamentos comunitários e que são

essenciais para a competitividade de Portugal”.

O ministro apontou a ferrovia de alta velocidade, TGV, como um dos projectos que se fosse adiado perderia o acesso a fundos comunitários.

“Além disso, num momento em que sentimos na carne os efeitos da dependência do petróleo, não faz sentido não investir em modos de transporte alternativos” ao rodoviário, sustentou.

Combater as alterações climáticas e construir canais de solidariedade

As alterações climáticas são hoje reais, sérias e preocupantes. As emissões de gases com efeito de estufa estão a provocar uma profunda alteração no sistema climático, criando uma atmosfera incerta que pode vir a ter como consequência a ocorrência de eventos catastróficos para todas as espécies do planeta, incluindo o próprio homem.

ESTE um dos alertas lançados pelo deputado socialista Ramos Preto, na 2ª Conferência Internacional sobre "Alterações Climáticas e Segurança Energética", que a Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território organizou na Assembleia da República, na sala do Senado, no passado dia 1 de Junho, que contou com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros..

Ao longo de três painéis especialistas nacionais e estrangeiros debateram a dimensão da segurança energética perante às alterações climáticas, o caminho pós-Bali, de Quioto a Copenhaga, e o desenvolvimento humano e as alterações climáticas.

"Segurança Energética face às Alterações Climáticas" foi o tema do primeiro painel, onde foi salientado que os últimos anos revelaram a existência de profundas relações entre a necessidade de abastecimento ininterrupto de energia, a questão da segurança nacional e a necessidade de evitar as alterações climáticas.

A União Europeia mereceu neste particular um relevo especial, tendo sido recordado que é nesta região que o conceito de mundo económico desenvolvido amigo do ambiente mais atenção tem merecido, recordado os participantes que a Europa aderiu de forma marcante ao reforço da concorrência no mercado interno, na garantia da segurança energética e na redução das emissões de gases, políticas que foram adaptadas pelo Conselho Europeu e que representam, como

foi sublinhado, um dos inúmeros exemplos da importância que os países do Velho Continente dão a toda esta problemática.

No segundo painel os participantes começaram por referir que o protocolo de Quioto constituiu um marco na luta mundial contra as alterações climáticas, constituindo mesmo, o principal ponto de referência para o debate internacional sobre o assunto.

Porém, como sublinhou o ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Nunes Correia, o primeiro período de compromisso para cumprir as promessas de redução de gases com efeito de estufa entre 2008 e 2012 só entrou em vigor há alguns meses, razão pela qual os países que ratificaram o protocolo terão de empenhar-se em cumprir as suas metas vinculativas.

Quioto foi crucial, mas apenas representou um primeiro passo, como foi acentuado por todos os especialistas presentes neste painel. De facto, e de acordo com as provas já apuradas pela comunidade científica internacional sobre as alterações climáticas, serão necessários esforços extremos para além do horizonte de 2010 estabelecido por Quioto para impedir que a temperatura aumente dois graus Celsius.

O terceiro e último painel envolveu os participantes num debate acerca do tipo de políticas que são possíveis desenvolver no âmbito do combater às alterações climáticas e o modo de construir canais de solidariedade num mundo dividido.

A longo prazo, como foi acentuado pelos especialistas presentes,



as alterações climáticas constituem uma ameaça massiva ao desenvolvimento humano e, em alguns lugares, garantiram, "já minam os esforços da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema".

De forma a poder inverter este cenário, a resposta passa por encarar a luta contra a pobreza e os efeitos das alterações climáticas com um conjunto de iniciativas e de esforços interrelacionados, que mutuamente se acentuam, de forma a se poder alcançar sucesso em ambas as frentes.

O ano de 2009 será determinante

Presidente da Comissão do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, Ramos Preto lembrou, nesta 2ª Conferência Internacional sobre "Alterações Climáticas", que 2009 será o ano da Conferência de Copenhaga, encontro que o parlamentar socia-

lista considera determinante para que o mundo possa projectar novas políticas face a toda a problemática das alterações climáticas.

Se entretanto não forem aprovadas iniciativas sérias e suficientemente capazes de contrariar e inverter o actual panorama, disse, um dos efeitos imediatos que se farão sentir, repercutir-se-á sobre as populações mais vulneráveis, nomeadamente, como alertou, "aquelas cujas vidas dependem da agricultura de subsistência e, por consequência, da chuva, ou aquelas que vivem em certas zonas costeiras ou em bairros degradados".

Perante o que considera ser um cenário de contornos indiscutíveis, o deputado do PS aconselha que só mudando hábitos e políticas, será possível alterar e modificar "o nosso actual estado insustentável de emissões" enquadrando melhor os riscos e desenvolvendo estratégias para a acção.

Mudar o actual ritmo de emissões necessita, como defendeu, em primeiro lugar, da identificação de um caminho de alternativa sustentável e, em segundo lugar, "de uma estratégia para implementar tal alternativa".

É importante que todos os países se comprometam com este caminho, disse, porque adiar o percurso comumente reconhecido como necessário "representaria a necessidade de cortes ainda mais profundos num curto período de tempo".

O que realmente importa, e é nisso que o mundo terá que se focalizar, defendeu ainda o deputado do PS, é na redução global de emissões, sendo para isso necessário, como reconheceu, "não só ter a capacidade de emitir menos por unidade de energia criada e usada", mas também se afigura como crucial "mudar comportamentos".

A adaptação à mudança climática, referiu ainda Ramos Preto, significa não só investir em infra-estruturas flexíveis para os chamados casos climáticos, mas também apostar "na qualificação e aptidão das pessoas e da comunidade" a melhor forma de se gerir os denominados riscos climáticos.

Estas e outras medidas, disse ainda o deputado do PS, nomeadamente a adaptação à mudança climática, são hoje encaradas em alguns países desenvolvidos "como uma matéria de segurança nacional", enquanto que noutros países os recursos existentes e as capacidades para lidar com as ameaças da mudança climática "são ainda muitíssimo insuficientes".

O grande perigo que um cenário destes transporta, reconheceu Ramos Preto, é que as desigualdades na adaptação poderão reforçar outros factores de marginalização desses países, "deixando para trás esforços, que têm que ser sérios, para fomentar um modelo de globalização mais inclusivo". **R.S.A.**

Simplificação administrativa chega a Lisboa

CONTRIBUIR para trazer de volta os 200 mil habitantes que Lisboa perdeu na última década é um dos objectivos do Simplis, o programa de simplificação administrativa da autarquia presidida por António Costa.

O Simplis, apresentado no passado dia 7, envolve um total de 17 medidas a concretizar ao longo deste ano, oito das quais na área da prestação de serviços, quatro no âmbito do funcionamento interno e cinco relativas à participação dos cidadãos na vida autárquica.

Na urbanística, visando aumentar a capacidade de licenciamento, prevê-se que as certidões de licença de utilização passem a ser emitidas no momento da sua solicitação, no balcão de atendimento.

Encontra-se também previsto o acesso diário aos pedidos de licenciamento entrados no sítio da CML na Internet, a disponibilização das plantas de localização e direitos de preferência por via electrónica, bem como a possibilidade de efectuar a "auto-liquidação da TRIU" (Taxa pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas), com o cálculo do valor daquela taxa a ser feito mediante simulador.

Já este mês os municípios lisboetas poderão beneficiar de um "Atendimento personalizado on-line" com recurso à página da Internet da autarquia e recorrer à "Reprodução na hora", uma medida através da qual cerca de 60 por cento das plantas do imóveis para pedidos de isenção de IMI [Imposto Municipal

sobre Imóveis], que já se encontram digitalizadas, passarão a ser entregues no momento e no local em que são requeridas.

Em Agosto avança a medida "Alvará já", que vai permitir a emissão no dia dos alvarás de licença de obras em lojas de comércio, e, a partir de Setembro, os municípios de Lisboa poderão obter, também na hora, uma autorização de utilização para estabelecimentos comerciais.

Por outro lado, e visando aumentar a "rapidez no processamento das contra-ordenações de trânsito", o Simplis prevê que se estabeleça um protocolo com a Autoridade de Segurança Rodoviária, em Novembro, "para ter acesso aos dados relevantes para o processamento das contra-ordenações".

E, no âmbito da "Lisbon Film Commission", os profissionais do audiovisual e cinema vão ter um "único interlocutor na CML, exclusivamente dedicado a apoiar a sua actividade".

Em Setembro começa também a ser debatido "on-line" o orçamento participativo, ao passo que em Outubro o consumo de papel e o impacto ambiental da gestão dos serviços municipais passarão a ser controlados através de uma aplicação informática.

Para Novembro e Dezembro serão implementadas medidas como a desmaterialização das comunicações, renovação da Intranet, partilha de informação com aplicações informáticas e classificação documental, e um roteiro de moradas geográfico. **M.R.**

“O combate à precariedade nunca foi tão forte em Portugal. Em entrevista ao ‘Acção Socialista’, o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social reitera que a nova legislação tem benefícios directos no combate à precariedade e às desigualdades, permite aumentar a competitividade das empresas e cria condições mais favoráveis para atrair investimento estrangeiro para o nosso país.

ENTREVISTA A VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Empresas e trabalhadores vão beneficiar muito, e de forma equilibrada, no novo modelo de regulação do mercado de trabalho, afirma Vieira da Silva, sublinhando que o combate à precariedade nunca foi tão forte em Portugal. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social reitera que a nova legislação tem benefícios directos no combate à precariedade e às desigualdades, permite aumentar a competitividade das empresas e cria condições mais favoráveis para atrair investimento estrangeiro para o nosso país.

Quais as razões que levaram o Governo a trabalhar a proposta de lei de revisão do Código de Trabalho em sede de Concertação Social?

O objectivo estratégico da reforma é um novo compromisso social sobre a regulação do mercado de trabalho, de modo a torná-lo simultaneamente mais competitivo e mais justo. Para isso, era importante conseguir um consenso tão alargado quanto possível junto de quem representa empresários e trabalhadores.

Além disso, muitas propostas apontam para o fortalecimento da contratação colectiva, que passa directamente pelos parceiros, ao nível de cada sector e de cada empresa. Em todos os países onde se fizeram alterações significativas nas relações de trabalho, com resultados positivos, o diálogo social foi profundo e intenso. O êxito das inovações passa muito pela capacidade dos empresários e sindicatos de tirarem partido, no dia-a-dia, das possibilidades agora abertas.

Isso implica uma partilha do espírito das propostas da reforma.

Felizmente, e na medida das possibilidades existentes, foi possível atingir este objectivo.

Há vantagens políticas nesse procedimento?

Insisto, a história demonstra que as experiências mais bem sucedidas de reforma do mercado de trabalho são as que se baseiam em compromissos sólidos, partilhados pelos parceiros sociais. Quando estas condições são criadas, a aceitação social das reformas é maior e a sua implementação por parte dos actores do mercado de trabalho é muito mais eficaz.

Qual a sua análise ao facto da CGTP ter ficado de fora do

acordo alcançado na Concertação Social?

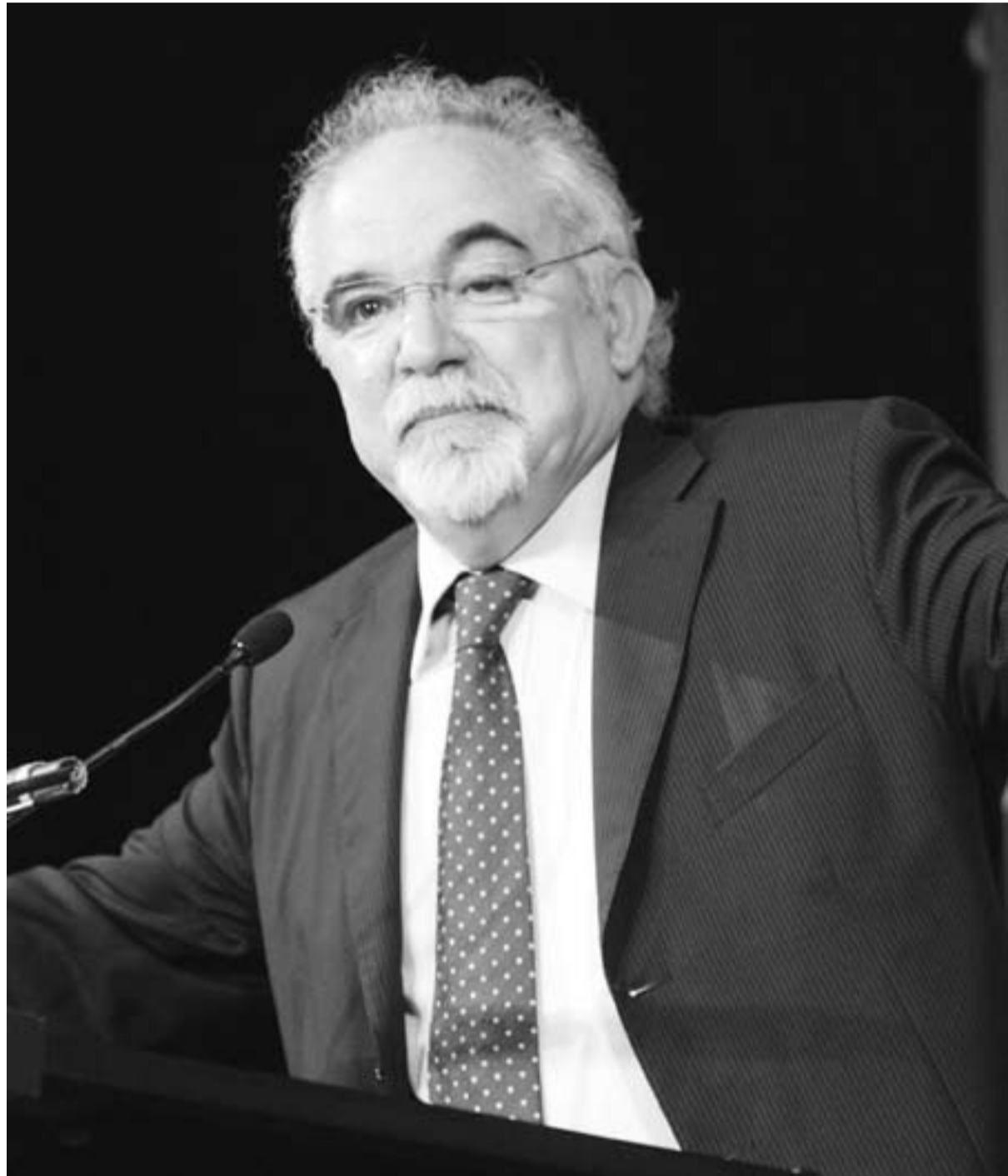
Infelizmente, não foi uma novidade para ninguém, porque ao longo dos anos a participação construtiva da CGTP em acordos tem sido a excepção e não a regra. É um parceiro social que poderia desempenhar um papel importante em sede de concertação, e, na prática, ao colocar-se de fora de muitos processos negociais, a sua influência efectiva nos conteúdos das políticas diminui.

Ao longo deste processo (mesmo antes de conhecer a proposta do Governo!), a opção foi a contestação e o protesto nas ruas. Só que não é nas ruas que se aprovam propostas, é a conversar com os outros parceiros à mesa da concertação, procurando superar as diferenças de posição. Não parece ter havido nem flexibilidade nem vontade para o fazer.

Não me compete comentar as razões e as motivações de quem assim procede. Mas é evidente que, com essas opções, uma confederação que representa uma parte importante dos trabalhadores, coloca-se deliberadamente à margem dos processos. É uma postura contestatária que pode eventualmente ter ganhos mediáticos mas não tem ganhos reais nas reformas. Enquanto uns protestam nas ruas, outros optam por construir pontes, conseguindo ganhos para ambos os lados da negociação, como agora sucedeu.

Ainda hoje a CGTP continua a reboque do Partido Comunista?

Tenho a minha opinião, aliás partilhada por muitos observadores, mas essa pergunta tem de ser feita aos responsáveis. Uma coisa é certa: em muitos momentos, não é facilmente compreensível a relação entre os interesses reais dos trabalhadores e as posições



assumidas pela CGTP e a sua postura de inflexibilidade e de confrontação permanente.

Haverá certamente um objectivo político na base dessa opção, e é claro que ele não é garantir que os interesses dos trabalhadores estão representados nas reformas. Se fosse, havia vontade de conversar e encontrar equilíbrios, como fazem todos os outros parceiros. Há uma agenda, isso é evidente; agora que agenda é essa e se é a dos trabalhadores ou de outros interesses, não me cabe a mim responder.

Como vê a desarmonia das posições entre Inter e a Confederação Europeia de Sindicatos de que a CGTP faz parte, no que respeita ao ponto de equilíbrio entre competitividade e coesão, segurança e flexibilidade?

É um indicador de como a

posição da CGTP é, hoje, uma excepção no mundo sindical europeu. A CGTP prefere ficar isolada numa postura de resistência à mudança e não é só em Portugal, é internacionalmente.

Ao nível europeu, os sindicatos e patrões foram capazes de fazer um diagnóstico conjunto dos desafios do mercado de trabalho e têm sido capazes de participar de forma construtiva em debates como a flexigurança. A CES tem tido um papel extremamente importante e construtivo neste domínio e, apesar da delicadeza de muitas reformas, conseguiu o apoio esmagador dos sindicatos de todos os países.

A UGT teve uma posição seguidista relativamente ao Governo, como afirma uma certa esquerda?

Afirmações como essa não passam de manobras de diversão

para tentar esconder o facto de que, afinal de contas, alguns têm influência real nos processos e garantem que os trabalhadores estão neles representados enquanto outros escolhem ir para a rua enquanto as reformas se decidem na sede própria.

Se perguntar a qualquer um dos parceiros se se revê inteiramente no resultado final, ou se perguntar a qualquer um deles se, dependendo só de si, apresentaria aquela proposta, a resposta unânime seria naturalmente que não. Mas é para isto que servem as negociações, e a vontade de chegar a compromissos equilibrados. A UGT esteve num processo negocial. Como todos os envolvidos, ganhou nalguns pontos, cedeu noutros.

E, sim, aceitou propostas que fizemos para reduzir a precariedade, para favorecer os contratos sem termo face aos contratos a

precariedade te em Portugal”



Com o atraso verificado na entrada da proposta de lei na Assembleia da República, será ainda possível que o novo Código de Trabalho entre em vigor em Janeiro de 2009, como era a intenção do Governo?

Estou confiante que sim, há condições para que assim seja. O essencial é que as mudanças entrem em vigor o mais rapidamente possível, porque independentemente da data formal de entrada em vigor da lei, os seus efeitos são para o futuro.

Quem são os grandes beneficiários da nova lei laboral?

Empresas e trabalhadores vão beneficiar muito, e de forma equilibrada, no novo modelo de regulação do mercado de trabalho. O combate à precariedade nunca foi tão forte em Portugal e os trabalhadores têm tudo a ganhar com isso; e as novas possibilidades de flexibilidade das empresas abrem um campo imenso de dinamismo à negociação entre sindicatos e empresários.

Há benefícios directos para o país que podemos assacar a esta legislação?

Em muitos planos. Desde logo, a nova legislação tem benefícios directos no combate à precariedade e este tem efeitos no combate à segmentação e às desigualdades. Além disso, será possível criar novos instrumentos de competitividade para as empresas, o que permite criar mais empregos. E há novas condições para atrair investimento estrangeiro para o nosso país, o que no contexto global actual é essencial para a sustentabilidade da economia e do bem-estar das pessoas.

Destaque as principais novidades que enformam este novo quadro legal?

São muitos. Destaco o novo enquadramento dos contratos a termo, o regime de prestação de serviços (recibos verdes), as novas formas de adaptabilidade, o apoio

à conciliação da vida familiar com a vida profissional.

O combate à precariedade, erigido como grande desígnio, é a marca distintiva do novo Código?

É uma das mais importantes, sem dúvida, como se vê pelos exemplos que acabo de dar. A precariedade e as desigualdades que ela produz entre diferentes trabalhadores é um dos problemas

directa entre ambas as partes uma importância acrescida. Terceiro, porque no mundo actual, de grande competitividade e mudança, é importante que haja renovação dos contratos colectivos existentes e que essa renovação se faça tirando partido das possibilidades que hoje temos.

Considera ou não a generalização da contratação colectiva como um importante instru-

mento nos mercados de trabalho actuais?

A contratação colectiva é importantíssima para muitos efeitos, porque permite algo fundamental: a regulação das relações de trabalho numa base negociada e de conjunto dos trabalhadores, e não atomizada e casuística como sucede nas relações meramente individuais de trabalho. Isto é fundamental porque garante para o conjunto dos trabalhadores



“As experiências mais bem sucedidas de reforma do mercado de trabalho são as que se baseiam em compromissos sólidos, partilhados pelos parceiros sociais”

prazo, para responsabilizar os empresários quando recorrem aos recibos verdes.

Como analisa a postura das confederações patronais?

Creio que defenderam os interesses dos seus associados de forma construtiva e responsável, já que um processo de mudança negociada e partilhada é o melhor caminho. Mais uma vez, é natural que, se dependesse apenas deles, o resultado final não teria sido o que foi, mas os equilíbrios nas negociações implicam, por definição, ganhos e cedências.

Em que medida a proposta de lei do novo Código do Trabalho incorpora já elementos associados à flexigurança?

Cada país deve escolher os seus caminhos de reforma de acordo com as realidades do mercado de trabalho. No nosso caso, dois dos

principais problemas são a baixa flexibilidade interna das empresas em termos comparativos e a excessiva precariedade. Por isso propusemos, e os parceiros concordaram, que a reforma devia passar por estas duas vertentes.

Por um lado, aumentar a flexibilidade das empresas, por exemplo, nos seus processos produtivos e nos horários, encontrando mecanismos de compensação para os trabalhadores. Esta mudança, no entanto, não pode ser imposta, tem de ser negociada, porque a lei prevê que é possível apenas em caso de acordo com os sindicatos ao nível da contratação colectiva.

Por outro lado, aumentar a segurança de muitos trabalhadores, tornando menos favorável o recurso aos contratos a prazo e aos recibos verdes – face aos quais também se tornam mais efectivas as condições de fiscalização da legalidade.

condições negociadas e justas; e, ao mesmo tempo, é importante para as empresas porque lhes garante coesão interna e regras que são bem aceites por todos.

Ou seja, por esta via há melhores condições para a modernização e para a mudança, ao mesmo tempo que se asseguram preocupações fundamentais dos trabalhadores e se favorece o emprego, protegendo os postos de trabalho viáveis e estimulando a criação de mais e melhor emprego.

Uma parte importante dos trabalhadores portugueses encontra-se já coberta por este tipo de enquadramento. Com a nova lei, os empresários têm mais incentivos para aderir à contratação colectiva, porque muitas das possibilidades da lei só são efectivas por essa via. Sindicatos e empresários têm muito trabalho pela frente, e acima de tudo, mais e melhores instrumentos nas mãos.

Novo Código do Trabalho e reforça os di

Fomentar a adaptabilidade nas empresas, valorizar o diálogo social, promover a auto-regulação do mercado de trabalho através de contratação colectiva, alargar o objectivo social da reforma, englobando não apenas as leis laborais mas também as políticas de segurança social, emprego e formação, fiscalizar e combater o uso dos falsos recibos verdes ou abrir novas perspectivas aos trabalhadores de modo a poderem conciliar a sua vida profissional com a privada e familiar são alguns dos ganhos alcançados pelo novo Código do Trabalho ratificado pelos parceiros sociais.

GOVERNO, sindicatos e entidades patronais chegaram a acordo quanto à revisão do Código do Trabalho. O texto final, que teve por base a proposta governamental, foi negociado e aprovado, com pequenas alterações, pelos parceiros sociais.

Para José Sócrates, trata-se de um acordo que se reveste “de uma grande importância para o país, para as empresas e para os trabalhadores” já que representa, como defendeu, “um novo compromisso social”.

Na opinião do primeiro-ministro, o país há muito que estava a necessitar de uma reforma com esta envergadura, de forma a habilitá-lo a poder alcançar índices de maior produtividade e de competitividade, sobretudo ao nível das suas empresas, sem descuidar, como sublinhou, aspectos fundamentais, como os ligados à negociação colectiva ou ao combate à precariedade.

Para o chefe do Executivo, o acordo agora ratificado pelas partes “é bom para as empresas e para os trabalhadores”, ajuda a economia a adaptar-se aos tempos de hoje “mantendo todavia elevados níveis de protecção social e de combate à precariedade”.

Recorde-se que o texto proposto pelo Governo sofreu apenas alterações pontuais oriundas dos parceiros sociais, tendo já sido aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 26 de Junho. Seguiu posteriormente para a Assembleia da República, que o deverá transformar em lei, tendo o Executivo manifestado vontade de que a nova legislação laboral possa entrar em vigor em Janeiro de 2009.

Entre os objectivos do novo Código do Trabalho, o destaque vai, entre outros, para o fomento de uma maior adaptabilidade das empresas, a possibilidade dos trabalhadores conciliarem a sua vida profissional com a vida pessoal e familiar, um reforço da efectividade da legislação e do quadro sancionatório em vigor, de modo a desincentivar o desrespeito pelos direitos sociais e laborais, mas também um maior combate à precariedade, com alteração da presunção de contrato de trabalho e a criação

de uma nova contra-ordenação muito grave para a dissimulação de contrato de trabalho para permitir uma fiscalização eficaz dos falsos recibos verdes.

Segundo José Sócrates, a proposta do Governo de reforma das relações laborais “é rigorosa no combate à precariedade, amiga da negociação colectiva, e capaz de um equilíbrio positivo entre as necessidades de adaptação das empresas e os direitos dos trabalhadores”. Trata-se, como defendeu, de uma reforma sustentada e feita de acordo com as melhores práticas seguidas na Europa.

Objectivos da reforma

A reforma das relações laborais, em que esteve em destaque o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, constitui um documento que serviu para discussão no âmbito da concertação social, e cujas propostas apontavam prioritariamente para a criação de novos mecanismos capazes de criar maiores consensos na regulação dos sistemas das relações laborais, de protecção social e do emprego, regulando ainda as relações no que respeita à promoção de um novo compromisso social, mais equitativo e favorável à competitividade das empresas.

Ou seja, como recordou o primeiro-ministro, a proposta do Governo visa valorizar o diálogo social, tornar mais compreensíveis, eficazes e estáveis as leis laborais, promover uma maior auto-regulação do mercado de trabalho, através da contratação colectiva, não descuidando o lado social, nomeadamente no que respeita às questões ligadas às políticas de segurança social, emprego e formação.

Tendo em conta a radiografia que o Governo faz das relações laborais em Portugal, com destaque para cinco principais problemas, nomeadamente uma reduzida adaptabilidade das empresas e trabalhadores, debilidade e escasso dinamismo da contratação colectiva, rigidez formal do enquadramento legal, escassa efectividade da lei e normas contratuais e uma elevada precariedade e segmentação do emprego, as



medidas agora aprovadas em concertação social, visam, como defende o primeiro-ministro, alterar este panorama. E sustentam-se em cinco eixos estruturantes que pretendem aumentar a adaptabilidade das empresas, alterar o regime dos despedimentos, reforçar a efectividade da legislação laboral, combater a precariedade e segmentação e promover a qualidade do emprego, adaptando assim, de forma articulada a legislação laboral, sem esquecer a desejada protecção social e as políticas de emprego.

Novas regras já em 2009

De entre as alterações profundas introduzidas no novo Código Laboral, destaque, nomeadamente, para a norma que estabeleça a faculdade dos trabalhadores poderem passar a laborar até 36 horas em apenas três dias consecutivos, ou quatro dias por semana, devendo neste caso ser compensados nos restantes dias da semana, uma vez que a proposta do Executivo mantém a exigência legal do limite do horário semanal de 40 horas.

Com base nesta alteração, que o novo Código Laboral chama “horários concentrados” e que se enquadra num novo conceito de

flexibilização horária, Governo, patrões e sindicatos, acordaram ainda que o período normal de trabalho diário dos empregados, que o façam em quatro dias por semana ou em três dias consecutivos, possa ser aumentado até no máximo de quatro horas diárias, respeitando sempre o limite do horário semanal.

Mas a principal novidade, não é tanto a possibilidade de haver uma concentração de horários laborais, algo que aliás já estava previsto no actual Código do Trabalho, mas a obrigação desta concentração horária só ser possível realizar através do estabelecimento de um acordo individual entre o trabalhador e o patrão, dispensando assim que a aplicação desta regra fique consignada em contratação colectiva, ou seja, que tenha que ser negociada com a intermediação dos sindicatos.

Outras das novidades introduzidas respeita ao denominado “Banco de Horas”. Neste caso, o Ministério do Trabalho, como recordou Vieira da Silva, já determinou que o limite de horas que poderão ser antecipadas ou em alternativa, adiadas, ao longo do ano, não poderá exceder as 200 horas.

Patrões e empregados poderão assim acordar em intensificar dum

determinado período os horários de trabalho para depois o trabalhador ser compensado com uma redução da sua carga horária.

Mas outras alterações foram igualmente introduzidas nesta reforma laboral. É o caso da taxa social única, a taxa contributiva paga pelas empresas à Segurança Social, que actualmente é de 23,75%, e que passa a ter um novo enquadramento, dependendo do vínculo contratual que os trabalhadores tenham com a empresa para onde trabalham. Assim, por cada contratado a prazo as empresas vão ter que pagar 26,75% mas em contrapartida, por cada contratado sem termo, passarão a pagar somente 22,75%.

Também os chamados falsos recibos verdes vão passar a ser objecto de uma maior atenção e normalização por parte do Governo. O objectivo é evitar a continuação de uma prática considerada escandalosa, e largamente difundida em numerosas empresas, ao terem ao seu serviço trabalhadores sujeitos às mesmas regras dos empregados do quadro, mas que não beneficiam nem das regalias que estes auferem, designadamente subsídios de férias e de Natal, nem tão-pouco da protecção do subsídio de desemprego.

o combate a precariedade reitos laborais



Para evitar que este cenário se desenvolva e que amanhã possa assumir um carácter de maior dimensão, o Governo, entre outras medidas, vai criar uma “contra-ordenação muito grave” em relação às empresas que venham a ser apanhadas com trabalhadores com falsos recibos verdes, penalização que será aplicada sempre que se venha a verificar a existência de dissimulação de contrato de trabalho.

Por outro lado, a nova lei laboral vai permitir que o Governo divulgue na praça pública o nome de todas as empresas que venham a ser detectadas com falsos recibos verdes.

Outra das alterações agora criadas no novo Código do Trabalho, refere-se à taxa contributiva que os trabalhadores independentes têm de pagar à Segurança Social e que passa dos actuais 32%, no regime de protecção alargada, para 24,6%, sendo que parte deste pagamento, 5%, passa a partir de agora a ser da responsabilidade da entidade a quem o trabalhador independente presta serviço.

O Governo acaba deste modo com a subsistência dos dois regimes de protecção social para os trabalhadores independentes, o alargado e o

restrito, criando um único sistema.

Finalmente, duas novas alterações são ainda introduzidas no novo Código Laboral: o referente aos despedimentos e à parentalidade.

Em relação ao primeiro, o novo código não altera de forma substancial o capítulo referente à justa causa para despedimento, contribuindo contudo com novos mecanismos tendo em vista tornar o processo mais ágil.

No que respeita à parentalidade é criada uma licença destinada tanto às mães como aos pais trabalhadores, de forma a abranger as actuais licenças de maternidade e paternidade.

Segundo o que determina o novo Código do Trabalho, desde que um dos pais desfrute de pelo menos de um dos meses de licença, esta poderá ser estendida por mais um, ou seja, cinco meses em que receberão 100% da sua remuneração bruta. Mas se a este período, por opção dos pais, se acrescentar mais um, então a sua remuneração será de apenas 83%. Os progenitores poderão ainda beneficiar de mais três meses de apoio da Segurança Social, mas neste caso apenas poderão contar com 25% da sua remuneração global. **R.S.A.**

UGT DIZ QUE TRABALHADORES SAEM REFORÇADOS DESTE ACORDO

PARA a UGT os trabalhadores portugueses alcançaram com o novo Código de Trabalho “mudanças significativas”, nomeadamente ao nível da diminuição da precariedade laboral, na melhoria dos seus direitos, no reforço da negociação colectiva e no respeito pela lei.

Na opinião do Secretariado Nacional da UGT, foi graças à sua activa participação nas negociações que foi possível proporcionar aos trabalhadores melhores perspectivas no combate “sério à precariedade ilegal”, em especial, como refere, ao falso trabalho independente, mas também na aplicação dos acordos de negociação colectiva aos trabalhadores temporários ou, entre outros ganhos, à limitação a três anos, cumulativamente, para a duração dos contratos a termo certo, trabalho temporário ou prestação

de serviço para o mesmo posto de trabalho na empresa ou grupo empresarial.

Mas outras vitórias são ainda reivindicadas pela UGT, como os novos incentivos à contratação permanente, a penalização nos descontos para a Segurança Social dos contratos a prazo e trabalho autónomo ou a melhoria da protecção social dos trabalhadores precários, incluindo a discussão futura sobre os estagiários e bolseiros.

Também ao nível dos direitos novos passos foram dados com esta novo Código do Trabalho, lembra a UGT, como a melhoria das licenças parentais ou um melhor acesso à formação inicial e à formação ao longo da vida.

Quanto ao reforço da negociação colectiva, a UGT lembra que foram melhorados alguns

artigos, (4º e 531º), assim como novas perspectivas foram abertas no que respeita a procedimento mais favoráveis para o processo negocial ou ainda a possibilidade agora igualmente criada da não existência de vazios na negociação colectiva “porque todos os contratos que caducam serão substituídos por contratos negociados” ou, passado um ano, “pela abertura de um processo de arbitragem necessária”, acrescenta ainda esta Centra Sindical.

Por fim, a UGT, que assinou o acordo celebrado na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) no passado dia 25 de Junho, lembra que juntamente com os sindicatos que a integram “sempre se bateu pela dignificação do trabalho e pelo aumento da participação dos trabalhadores” em todo este processo.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À LEGISLAÇÃO LABORAL

- Possibilidade de adesão individual aos contratos em vigor de trabalhadores não sindicalizados
- Os limites dos horários de trabalho poderão ser acordados em equipas ou secções de empresas, podendo ser aplicados a todos os trabalhadores se três quartos deles estiverem de acordo com a alteração
- Nova “contra-ordenação muito grave” para casos de dissimulação de contrato de trabalho com falsos recibos verdes
- Ficam limitados a três anos os contratos a prazo, trabalho temporário ou de prestação de serviços
- O trabalho temporário ficará, ao fim de 60 dias, abrangido por convenção colectiva
- Cria-se o “contrato intermitente”, mediante o qual o trabalhador se mantém no quadro, embora trabalhe pelo menos metade do ano, e por ano não poderá exceder as 200
- Os limites dos horários de trabalho poderão ser acordados em equipas ou secções de empresas, podendo ser aplicados a todos os trabalhadores se três quartos deles estiverem de acordo com a alteração
- Nova “contra-ordenação muito grave” para casos de dissimulação de contrato de trabalho com falsos recibos verdes
- Ficam limitados a três anos os contratos a prazo, trabalho temporário ou de prestação de serviços
- O trabalho temporário ficará, ao fim de 60 dias, abrangido por convenção colectiva
- Cria-se o “contrato intermitente”, mediante o qual o trabalhador se mantém no quadro, embora trabalhe pelo menos metade do ano, tendo direito a parte da sua retribuição e podendo trabalhar para outras entidades
- Ficam proibidos os estágios não remunerados
- Atenua-se em 1% a taxa única para Segurança Social paga pelas empresas referentes aos trabalhadores do quadro (até agora de 23,75%) e agrava-se em 3% essa taxa quando se tratar de contratos a prazo
- Deixam de existir dois regimes de protecção social para os trabalhadores independentes, fixando-se o pagamento de numa só taxa de 24,6%, dos quais 5% passa a ser responsabilidade da entidade a quem o trabalhador independente presta serviço
- É criada uma “licença de parentalidade” que abrange as actuais licenças de maternidade e paternidade e que, nalguns casos poderá prolongar-se até ao prazo máximo de um ano
- Cria-se a possibilidade de a licença de parentalidade ser de cinco meses remunerados a 100% ou seis meses a 83% desde que um dos meses seja gozado unicamente por cada um dos progenitores
- Os pais podem pedir uma licença de parentalidade alargada
- Passam a ser dez os dias úteis a que o pai tem direito, sendo que metade destes deverão ser gozados a seguir ao nascimento do filho
- O progenitor passa a ter direito a até três dispensas para se deslocar a consultas pré-natais e os avós trabalhadores de netos menores poderão faltar ao trabalho em substituição do pai ou mãe trabalhadores
- Os trabalhadores poderão faltar para assistência aos pais. **M.R.**

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. João da Madeira

Prefiro ouvir a opinião de uma outra organização com maior competência em matérias de ensino da Matemática, a Associação de Professores de Matemática (APM), cuja posição é oposta à da SPM

“A OLHO”

ESTAMOS num país em que toda a gente fala sobre tudo. Todos se pronunciam sobre os mais variados assuntos, mesmo sobre aqueles que necessitariam de uma componente mais específica de conhecimentos e informações.

A propósito do exame nacional de Matemática deste ano, muito se tem falado acerca do seu grau de dificuldade. Obviamente que tudo o que se diz é dito “a olho”, uma vez que para se proferirem algumas das afirmações que têm surgido a público seria necessário conhecer, técnica e cientificamente, as rotinas que são implementadas para a elaboração das provas. Não creio que este processo seja levado a efeito de ânimo leve. As pessoas que estão encarregues de desenvolver estas tarefas são profissionais altamente qualificados e a elaboração das provas é, de facto, um trabalho exigente e rigoroso que não se compadece com amadorismos e superficialidades. A avaliação do seu trabalho deve, portanto, seguir este princípio de rigor e seriedade.

Como não poderia deixar de ser, a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) vem a terreno dizer que as provas eram fáceis e que o tempo destinado à sua resolução era excessivo. Como não podia dizer que tinham erros, podia ter dito exactamente o contrário, ou seja, que as provas era difíceis e que o tempo era insuficiente. A SPM o que pretende é ser falada e para isso, como todos sabemos, o que é preciso é dizer alguma coisa pela negativa nem que seja sem grande fundamentação e, de preferência, com um discurso apontado ao senso comum. Aliás, o mesmo está a ser feito neste momento por partidos políticos da oposição que, curiosamente, já tiveram a oportunidade de executarem o que agora dizem ser necessário fazer.

Gostaria de relembrar que esta organização – SPM – é presidida por um licenciado em Economia, mestre em Métodos Matemáticos para Gestão de Empresas e doutorado em Matemática Aplicada, de seu nome Nuno Crato, conhecido pela sua participação em programas televisivos. Independentemente do seu grande mérito e valor científico e cultural que até lhe reconheço, não me parece que seja a pessoa mais avaliada para se pronunciar sobre as provas de Matemática, independentemente de poder expressar, como é óbvio, a sua opinião. A este propósito, lembre-se que foi esta mesma personalidade que apoiou o ex-ministro da Educação David Justino (no Governo PSD) quando este teve a infelicidade de anunciar a intenção de limitar o uso de calculadoras nos primeiros seis anos de escolaridade. Esta medida contrariava todas as recomendações nacionais e internacionais que apontam para a utilização generalizada das TIC nas salas de aula mas que, dessa vez, Nuno Crato e a SPM decidiram apoiar. Aliás, este episódio fez com que eu próprio tivesse terminado com a minha qualidade de sócio daquela organização. Voltando à prova deste ano, prefiro ouvir a opinião de uma outra organização com maior competência em matérias de ensino da Matemática, a Associação de Professores de Matemática (APM), cuja posição é oposta à da SPM, ou seja, que a prova foi “suficientemente abrangentes em relação aos temas dos respectivos programas” e que “o tempo disponível para a resolução das provas foi adequado”. Não deixa de ser uma posição proferida também “a olho” mas, no meu entender, um olho mais informado e credível nesta matéria.

Falar de ensino da Matemática não é fácil. Há muito tempo que os resultados negativos tornam esta disciplina uma das mais odiadas e indesejadas no currículo dos alunos dos ensinos básico e secundário, ao mesmo tempo que se trata de uma das disciplinas mais importantes no sentido do desenvolvimento de determinadas competências nos alunos que se mostram essenciais para o seu desempenho enquanto cidadãos. E por isso é que este Governo apresentou um Plano de Acção para a Matemática com um investimento de 2,6 milhões de euros e que, neste segundo ano de existência, envolve 395 mil alunos e 77.584 professores, dos quais 9.036 são docentes de Matemática. Não seria, portanto, justo que a eventual melhoria dos resultados fosse imputada ao acaso ou ao facto das provas serem mais fáceis!

Socialistas debatem cidadania e participação

II UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PS/LISBOA

Reflectir, analisar e procurar respostas concretas para os problemas dos municípios em geral e da autarquia alfacinha em particular foi o objectivo central da segunda Universidade de Verão promovida pela Concelhia socialista de Lisboa que, nos passados dias 4 e 5 de Julho, reuniu académicos e personalidades do panorama político nacional e internacional para debaterem o tema “Cidadania e Participação”.

MARY RODRIGUES / J.C. CASTELO BRANCO

LISBOA precisa de uma reorganização administrativa que possibilite a necessária descentralização de competências e uma cada vez maior participação dos cidadãos na gestão autárquica, defendeu António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ao falar sobre a sua proposta para a cidade aos participantes da Universidade de Verão da Concelhia de Lisboa.

“Hoje as questões que se colocam às autarquias são cada vez mais horizontais e multidisciplinares, implicando, por isso, a reorganização dos pelouros e serviços da câmara”, sustentou António Costa.

Para contrariar “um excesso de centralização de competências” é crucial proceder a uma dupla descentralização. Nesse sentido, considerou ser “importante ver que competências do município podem e devem ser transferidas para estruturas de nível inferior, sem deixar de resolver primeiro o problema da densidade demográfica dessas mesmas estruturas”.

Depois, retomando a ideia de que a cidadania é uma questão essencial do exercício do poder local que não pode ficar alheia à reorganização administrativa, o autarca socialista falou sobre a necessidade de criar mais canais e espaços de participação das pessoas, como as já implementadas reuniões descentralizadas da autarquia alfacinha, que às quartas-feiras recebe cidadãos organizados por agrupamentos de freguesias.

A terminar, António Costa frisou que deve ser repensada a lógica avaliadora dos orçamentos camarários, passando da actual periodicidade anual dos planos de investimento a uma periodicidade plurianual.

“Um ano é muito pouco para ser fazer um bom planeamento”, concluiu.

Antes do presidente da Câmara de Lisboa, um outro convidado, membro do governo da cidade de Barcelona, Pere Alcober, se debruçou sobre os chamados “orçamentos participativos” e os vários modelos



(europeus e brasileiro) ensaiados para aplicá-los, centrando-se especialmente na experiências registadas na capital da Catalunha, Espanha, e de Porto Alegre, Brasil.

Alcober sublinhou que o êxito de um “orçamento participativo” depende da capacidade de se adequar a sua execução à realidade de cada cidade em concreto, vincando, ainda neste ponto, “o carácter vital da dimensão geográfica”.

Assim, a execução bem sucedida de um orçamento participativo implica necessariamente “o conhecimento das diferentes áreas problemáticas da cidade, um diálogo constante com populações, a co-responsabilização dos cidadãos no processo de tomada de decisão, uma avaliação continuada da execução e um grande poder de liderança por parte do autarca”, afirmou Alcober, para quem outro aspecto essencial deste instrumento passa pela prestação de contas, que permita, ao mesmo tempo, a consciencialização das populações sobre o que foi ou não feito e sobre os recursos com os quais a cidade conta efectivamente.

Trata-se pois de seguir os caminhos da transparência, da informação e da participação, rumo à uma cada vez maior qualificação da democracia, conforme referiu o presidente do PS/Lisboa, camarada Miguel Coelho, no encerramento desta Universidade de Verão.

Melhores serviços

Por seu turno, a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, intervindo no painel sobre “A simplificação administrativa”, referiu que o programa Simplex autárquico, que tem como slogan “Quanto mais perto melhor”, visa uma maior proximidade com os cidadãos, com serviços públicos de melhor qualidade, uma maior atracção de pessoas e empresas e mais competências para assumir novas funções. “Autonomia, transparência e consulta pública” são as

regras e princípios, acrescentou, em que assenta o referido programa.

Por sua vez, o deputado do PS António Gameiro considerou que os socialistas devem estar “orgulhosos e satisfeitos” com a “verdadeira” reforma da Administração Pública que levaram a cabo, acabando com o dogma de que esta era “irreformável”.

Uma reforma que, disse, teve como base três vectores: melhoria do serviço público, maior produtividade e uma verdadeira protecção social.

“Fizemos a reestruturação da Administração Pública, eliminando procedimentos que entorpeciam o desenvolvimento do país e a vida das pessoas”.

Por sua vez, o vice-presidente da Câmara de Lisboa, Marcos Perestrello, centrou a sua intervenção nos objectivos essenciais do programa de simplificação administrativa do município alfacinha, o Simplis, que “pretende facilitar a vida dos cidadãos e empresas e diminuir os custos de contexto, através da partilha entre serviços públicos recorrendo às novas tecnologias”.

Marcos Perestrello referiu que o Simplis envolve um total de 17 medidas, a concretizar ao longo deste ano, e representa “um salto de gigante em matéria de prestação de serviços que honrará a gestão camarária do PS”.

E adiantou que este programa vai permitir, por exemplo, obter licenças de utilização e alvarás “na hora” e calcular “on-line” o valor da taxa urbanística.

A Universidade de Verão debateu ainda o tema “As formas de participação dos munícipes”, que contou com a intervenção de José Fialho, docente do ISCTE, Manuel Meirinho, docente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e na Universidade Aberta. Os oradores foram unânimes na clara inevitabilidade de melhorar a democracia representativa através do reforço e aprofundamento dos mecanismos da democracia participativa.

Programa de Intervenção em Oftalmologia arranca no Baixo Alentejo

REDUZIR para cerca de quatro meses o período de espera por uma operação às cataratas é o objectivo prioritário do Programa de Intervenção em Oftalmologia (PIO), lançado recentemente, em Beja, pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

“Esperamos que esta nova resposta coloque o Serviço Nacional de Saúde (SNS), na oftalmologia em geral e nas operações às cataratas em particular, ao nível dos melhores indicadores internacionais”, declarou José Sócrates, que falava à Imprensa no final de uma visita ao Centro Hospitalar do Baixo Alentejo (CHBA), onde participou em conjunto com Ana Jorge, ministra da Saúde, na cerimónia de assinatura do protocolo que integra o CHBA entre os hospitais centrais que terão elevado desempenho no âmbito do PIO.

Após lembrar que o tempo recomendado pelas instâncias internacionais competentes relativamente à cirurgia de cataratas é precisamente de quatro meses, Sócrates referiu que, através do PIO o Ministério da Saúde vai aplicar 28 milhões de euros para contratualizar com hospitais públicos 75 mil primeiras consultas e 30 mil cirurgias em produção adicional, que serão realizadas até 30 de Junho de 2009.

Com vista a alcançar esta meta, a tutela decidiu criar uma rede de Centros de Elevado Desempenho (CED) nos hospitais do SNS onde já se faziam intervenções às cataratas “em número significativo” – nas palavras do primeiro-ministro –, e contratualizar “a possibilidade de aumentar ainda mais o ritmo de



produção dessas operações”.

Refira-se que o CED têm como missão ajudar os hospitais com problemas de escassez de recursos para responder à procura de consultas e de cirurgias oftalmológicas.

O recém-criado CED do CHBA junta-se pois a outros quatro constituídos anteriormente no Hospital de Santa Maria (Lisboa), no Centro Hospitalar de Lisboa Central, nos Hospitais da Universidade de Coimbra e no Hospital de São João (Porto).

Neste ponto, José Sócrates sublinhou que o PIO reflecte “a aposta e a confiança do Governo no SNS”, que “tem meios e profissionais para responder ao problema das listas de espera em oftalmologia, pelo que não é preciso ir fora”.

Após sublinhar que o Executivo do PS quer que os serviços públicos de saúde “dêem melhores respostas”, Sócrates reafirmou a intenção de que “ninguém passe mais de quatro meses à espera de uma operação às cataratas”, vincando que isso só será possível com um programa que não desista do SNS mediante a contratação de

operações feitas no estrangeiro.

Apontando de seguida para as melhorias e evoluções positivas que, nos últimos anos, se têm registado no Sistema Nacional de Saúde no que toca à oftalmologia – em 2006 realizaram-se 45 mil intervenções e no ano passado 60 mil – o primeiro-ministro disse que os avanços são, ainda assim, insuficientes, pelo que foi preciso desenvolver o PIO, que é uma “forte aposta nos profissionais e nos meios do SNS” e que pretende desafiar-los a produzirem mais e a dar melhores respostas às necessidades do país.

Depois, Sócrates realçou que a reacção ao PIO dos serviços de saúde público visados tem sido “muito positiva”, atendendo a que o programa, que foi apresentado em Maio deste ano e que só deveria arrancar em Junho passado, começou antes do previsto na maior parte dos CED e já se realizaram 330 operações às cataratas.

Refira-se também que, segundo o Ministério da Saúde, o Programa de Intervenção em Oftalmologia deverá abranger 80% dos utentes e aumentar em 10% a produção base.

Para o ano, o Governo quer concluir o “programa de choque” e garantir que os utentes esperem quatro meses em média e seis meses no máximo por uma consulta e três meses em média e cinco meses no máximo por uma cirurgia. **M.R.**

OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

Consciente das dificuldades relatadas, o Governo anunciou a adopção de medidas que, indo ao encontro de algumas das reivindicações dos profissionais das pescas, ajudarão a minorar, de momento, as dificuldades económicas do exercício dessa actividade

AS PESCAS E AS PROPOSTAS PARA O SECTOR

OS PESCADORES e os armadores estiveram em greve, ou melhor dizendo, em paralisação de actividade, no início de Junho, com o argumento, já recorrente, dos elevados custos de produção, devidos essencialmente ao peso que neles representam os preços dos combustíveis. A substancial e imprevista escalada do preço do petróleo, repercutida especulativamente num agravamento dos custos dos combustíveis, mormente no gasóleo e na gasolina, acarretaram um agravamento dos custos de produção da actividade pesqueira, fortemente dependente desses combustíveis nos meios de propulsão das embarcações.

Como consequência directa dessa paralisação foram anunciadas algumas medidas negociadas com o Governo, como forma de ajudar a minorar o impacto desse aumento de custos na perda de rentabilidade da actividade.

Porque a actividade da pesca é exercida num meio humanamente hostil, onde as tempestades e os naufrágios não são raros, e considerando ainda a sua importância na alimentação humana, tendo presente que os portugueses são os maiores consumidores de peixe na Europa, ocupando o terceiro lugar a nível mundial, também defendemos ser necessária uma atenção especial dos governantes para os problemas que o sector enfrenta e a adopção de medidas que, inseridas nas directivas da Política Comum de Pescas (PCP), ajudem a minorar as dificuldades do sector, mormente no agravamento dos custos das capturas.

Cada vez mais os totais admissíveis de capturas (TAC) vulgarmente denominados quotas de pesca, vêm sendo reduzidas por imposição da PCP, numa óptica de salvaguarda dos recursos marinhos, cada vez mais reduzidos, bastando ter presente que recentes estudos apontam para que cerca de 88% das unidades populacionais da UE são sobreexploradas, provocando a ruptura dos bancos de pesca. A recente publicação pela Greenpeace da lista vermelha dos peixes em perigo de extinção é disso sinal alarmante.

Foi neste quadro, e consciente das dificuldades relatadas, que o Governo anunciou a adopção de medidas que, indo ao encontro de algumas das reivindicações dos profissionais das pescas, ajudarão a minorar, de momento, as dificuldades económicas do exercício dessa actividade, salientando-se a abertura de uma linha de crédito de 40 milhões de euros, sem juros, com reembolso em cinco anos e carência de um ano; isenção de taxa social única para armadores e pescadores por três meses; redução da taxa de vendagem na Docapesca de 4% para 2% para barcos a gasolina; reprogramação do PROMAR com reforço dos meios de financiamento destinados à reestruturação da frota; e a constituição de um grupo de trabalho para examinar taxas e licenças aplicáveis à pesca, com vista à redução do seu peso sobre a actividade.

Consciente da necessidade de acudir ao sector com medidas urgentes e excepcionais, Bruxelas deu, também com prontidão, sinal de aprovação às medidas reclamadas.

Perfílo, porém, a tese de que não se resolvem os problemas estruturais do sector com a concessão de alguns subsídios ou isenções pontuais, pois tais benesses não passarão de meros paliativos que poderão ajudar pontual e temporariamente a resolver algumas dificuldades, mas não irão seguramente, de per si, dar a volta de que o sector carece, que deverá, urgentemente, ser perspectivado numa óptica de fileira, em que a actividade seja encarada numa visão abrangente, desde o acto de captura do pescado até à sua comercialização, procurando-se em todo esse trajecto que o valor acrescentado, resultante do melhoramento da apresentação do produto e até da sua transformação, fique nos bolsos dos pescadores, ou seja daqueles (armadores/pescadores) que suportam o esforço da pesca, actividade nobre, extremamente dura, desenvolvida num meio muito hostil. Do preço da primeira venda do pescado, ao preço final pago pelo consumidor, há um diferencial significativo de que os verdadeiros profissionais do sector – pescadores/armadores – não beneficiam e deixam escapar para intermediários.

Só a reestruturação profunda do sector, prevista no programa do Governo para as pescas, poderá conferir a competitividade e a sustentabilidade necessária para serem enfrentados os desafios do futuro, que ajudas pontuais apenas poderão temporariamente resolver. Constituinte essa meta um programa com prazo de execução previsto para sete anos, o quadro da subida gradual e imprevista dos combustíveis acarreta a necessidade do seu encurtamento para três anos, e a necessidade de uma imediata agilização dos meios vindos Bruxelas, com um total de 324,9 milhões de euros de despesas elegíveis do Fundo Europeu das Pescas e candidáveis no Programa Operacional para as Pescas – PROMAR, com eixos vocacionados para a adaptação da frota, transformação e comercialização.

O Governo já anunciou essa necessidade de encurtamento dos prazos de execução do programa e apresentou essa reivindicação nas instâncias da UE.

Um milhão de pessoas ligadas às Redes de Nova Geração até 2010

O investimento em Redes de Nova Geração é prioridade estratégica para o sector das comunicações electrónicas.

NO PRAZO máximo de dois anos, um milhão de pessoas poderão estar ligadas às redes de nova geração de comunicações electrónicas, que também estarão ligadas a escolas secundárias, universidades, hospitais e centros de saúde. A ambição encontra-se plasmada na resolução do Conselho de Ministros e foi apresentada pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino.

“O Governo assume um objectivo muito ambicioso, porque entende que as redes de nova geração são

essenciais para a sociedade do conhecimento e para a modernização competitiva da economia portuguesa”, declarou Mário Lino.

Quanto aos objectivos da referida resolução, o governante vincou que será necessária “uma colaboração estreita entre o Executivo e todas os operadores” de telecomunicações presentes no mercado nacional.

Lino sublinhou também que caberá à entidade reguladora ICP – ANACOM “a definição do quadro regulatório aplicável às redes de nova geração, tendo em conta as orientações políticas previstas para o sector, incluindo a análise do impacto da segmentação dos mercados”.

Refira-se que a resolução, aprovada pelo Governo no quadro do desenvolvimento do Plano Tecnológico, defi-

ne como prioridade estratégica para o país, no sector das comunicações electrónicas, a promoção do investimento em Redes de Nova Geração.

A ideia é, assim, apostar no acesso generalizado a produtos e serviços tecnologicamente inovadores.

As redes não traduzirão somente uma melhoria das já existentes, mas antes constituir-se-ão como “redes de um novo tipo, cruciais, no actual momento, para o desenvolvimento e evolução do sector das comunicações”.

O desenvolvimento de Redes de Nova Geração, cuja tecnologia irá facilitar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, conduzirá, também, ao incremento da concorrência e da produtividade no sector das comunicações electrónicas. **M.R.**

Proibida classificação PIN a projectos ainda em concurso público

O GOVERNO aprovou dois diplomas para impedir que um projecto em concurso público seja classificado como PIN (potencial interesse nacional) e para acabar com a obrigatoriedade de os PIN se sujeitarem a várias consultas públicas.

Em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros de 26 de Junho, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, justificou as iniciativas legislativas ao nível dos projectos PIN, um decreto-lei e um decreto regulamentar, com a intenção de se “simplificarem procedimentos” ao nível administrativo.

Com o decreto-lei, explicou, “procura-se conciliar situações em que o mesmo projecto é sujeito a consulta pública por força de diferentes regimes jurídicos aplicáveis”.

Segundo o ministro da Presidência, com a aprovação do diploma, o objectivo do Governo “é fazer que, quando haja lugar a consulta pública, se procure fazer uma única consulta pública, poupando-se



tempo no desenvolvimento do projecto”.

Trata-se, adiantou, “de uma iniciativa que visa harmonizar regimes jurídicos, fazendo coincidir no tempo as diferentes consultas públicas que possam ser exigidas para um único projecto”.

Pedro Silva Pereira referiu que o Governo aprovou também um decreto regulamentar, que “consolida num único diploma os regimes aplicáveis aos projectos PIN”.

“O decreto regulamentar define igualmente os requisitos deste tipo de projectos, designadamente os comprovativos quanto à sua viabilidade, mas também define algumas condições impeditivas para a classificação como PIN, caso dos projectos que estão ainda dependentes de concurso público”, disse.

“Com os dois diplomas, o Executivo pretendeu introduzir alguns aperfeiçoamentos no regime dos projectos PIN, que são muito importantes para o desenvolvimento da economia nacional”, acrescentou.

Indemnizações por acidentes de viação calculadas segundo declaração fiscal do lesado

O ELEMENTO mais relevante para a fixação de uma indemnização por acidente de viação é o rendimento declarado nas Finanças por parte do lesado, segundo o novo regime aprovado pelo Conselho de Ministros.

Segundo o Governo, “este critério objectivo evita processos de produção de prova mais morosos para determinação dos rendimentos do lesado” e introduz “um elemento de moralização do sistema, dado que os sinis-



trados invocam frequentemente em juízo rendimentos bastante superiores aos constantes das declarações fiscais”.

Com a aprovação do decreto-lei, o Executivo socialista procede também a uma revisão do regime de concessão de pensões de alimentos ou sobrevivência a pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges.

Segundo o Governo, até agora, o acesso às prestações por morte das pessoas que vivam em união

de facto podia estar dependente de duas acções judiciais separadas, “sendo uma delas desnecessária e geradora de morosidade e pendência”.

“Com esta medida, clarifica-se que a atribuição das prestações por morte não fica dependente de duas acções, uma contra a herança do unido de facto e outra contra a instituição da segurança social, ficando apenas dependente da primeira”, refere o Governo.

Turismo de qualidade na região Oeste

A “OESTE tudo de Novo” é o nome de uma nova campanha promocional apresentada nas Caldas da Rainha pelo Turismo de Portugal, e que tem por objectivo dinamizar a região com a promoção integrada de eventos.

Este programa pretende complementar a oferta turística do Oeste através da divulgação de um calendário de eventos de animação que convida os turistas a uma nova experiência de descoberta da região.

Como na ocasião sublinhou o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, esta iniciativa desenvolve-se à semelhança da já existente para a região algarvia, o “Algarve’08”, programa que pretende igualmente valorizar

turisticamente a região Oeste de Portugal, nomeadamente, como disse o responsável pela pasta do Turismo, através da programação integrada dos eventos que decorrem na região, fazendo surgir o Oeste “como uma alternativa e um novo destino turístico”.

Este novo programa agora lançado pelo Turismo de Portugal, terá um investimento de 500 mil euros, e pretende, como frisou o responsável pelo sector do turismo, complementar a oferta turística do Oeste, através da divulgação de um calendário de eventos de animação que possam proporcionar aos turistas uma nova visão das potencialidades existentes na região.

São vastas as iniciativas progra-

mas que querem contribuir para levar a mais pessoas o nome desta zona do país, nomeadamente concursos de hipismo, festivais de gastronomia, exposições de arte, feiras e festas populares, festivais de ópera, mostras internacionais, festival internacional de chocolate, mercado medieval, festas de Carnaval, entre outras iniciativas populares.

Como defendeu Bernardo Trindade, a região Oeste assume-se como um dos seis pólos de desenvolvimento turístico integrados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), definidos com o objectivo de diversificar a oferta e diminuir a dependência face aos destinos consolidados e contribuir para um “desenvolvimento econó-

mico regional sustentável”.

O Douro, serra da Estrela, Alqueva, Litoral alentejano e Porto Santo são os outros cinco pólos de desenvolvimento turístico que o PENT contempla por serem regiões que apresentam “conteúdos específicos distintivos”, disse Bernardo Trindade, e que permitem incentivar o turismo nacional e internacional.

Para o secretário de Estado, a área Oeste tem vindo a afirmar-se “também do ponto de vista turístico”, como uma das regiões do país com maiores potencialidades, razão porque em sua opinião se justifica que o Governo a tenha incluído no Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Para que esta evolução se tenha dado, reconheceu ainda Bernardo Trindade, e a região Oeste surja hoje como um dos destinos mais procurados pelo turismo nacional e internacional, muito contribuiu o trabalho desenvolvido nos últimos anos, quer pelas câmaras municipais, quer por um conjunto de empresários do sector, que souberam, como frisou, aproveitar a “extraordinária beleza do património natural e cultural da região”.

Próxima de Lisboa, a região Oeste é constituída pelos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Peniche, Nazaré, Alcobaça, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. R.S.A.

Um dia com a Saúde no vale do Cávado



OS DEPUTADOS socialistas de Braga visitaram diversas instituições do sector da saúde no Vale do Cávado. Nesta iniciativa intitulada “Um Dia com a Saúde”, os eleitos socialistas pretenderam conhecer de perto o trabalho e a articulação entre as diversas unidades.

Os Hospitais de S. Marcos (Braga) e Santa Maria Maior (Barcelos), o Centro de Saúde do Carandá, a Unidade de Saúde Familiar de Gualtar (Braga) e a Misericórdia de Esposende foram os locais visitados no passado dia 30 de Junho.

Os eleitos socialistas constataram que cerca de 38 mil utentes do Centro de Saúde do Carandá não têm médico de família com evidentes prejuízos para a relação entre utente e o Serviço Nacional de Saúde. A abertura no futuro, de novas USF, poderá contribuir para a melhoria da situação que se mantém estável nos últimos anos. Recorde-se que este Centro de Saúde é dos maiores do país e cobre toda a população do concelho de Braga.

Em Barcelos, foi visível que o hospital está a preparar o futuro. Nas actuais instalações, novas funcionalidades como a cirurgia de ambulatório, o programa de combate às listas

de espera das cataratas e o trabalho da VMER. Recorde-se que no Hospital Santa Maria Maior funciona um serviço de urgência médico-cirúrgica até às 22 horas. O futuro hospital cuja abertura está prevista para 2012 encontra-se na fase de estudos e de elaboração do seu programa funcional, estando garantida a inclusão de novas especialidades como a urologia, a gastroenterologia e a medicina física.

Já a Misericórdia de Esposende tem em funcionamento, para além de outras valências de ordem social, uma unidade de cuidados continuados de curta duração (convalescença), que integra o sistema regional de vagas e que foi visitado pelos socialistas.

A noite foi passada nas urgências do Hospital de S. Marcos, tendo os deputados a possibilidade de conversar com utentes e familiares. Com o número de urgências a aumentar nos últimos anos, as equipas vão dando a resposta possível numa estrutura de grande exigência e especialidade.

A visita foi efectuada pelos deputados Teresa Venda, Miguel Laranjeiro, Isabel Jorge, Isabel Coutinho, Ricardo Gonçalves, Sónia Fertuzinhos e Nuno Sá.

PS/Mação promoveu seminário sobre o PRODER

O PS/Mação promoveu um seminário sobre o PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, que contou com a participação de José António Canha, director regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Miguel Galante, assessor do Grupo Parlamentar do PS para a Área da Agricultura e Florestas, e Nelson Baltazar, deputado à Assembleia da República.

Esta iniciativa reuniu cerca de 70 participantes (empresários, proprietários florestais e militantes) que tiveram a oportunidade de conhecer e debater os vários instrumentos de apoio ao investimento que o PRODER comporta, com particular enfoque nos destinados à fileira florestal, dada a importância económica, ambiental e social que esta possui no concelho de Mação.

Nuno Neto, presidente da Comissão Política Concelhia, justifi-

cou esta iniciativa pela importância que o PRODER poderá ter para Mação e para os seus agentes económicos, tendo sublinhado a necessidade urgente da definição de “uma estratégia integrada para a qualificação e dinamização do território e do tecido empresarial do concelho, que permita a criação de novas empresas. E porque o Executivo do PSD nunca desenvolveu essa estratégia fundamental para o desenvolvimento do Concelho, o PS/Mação vai integrá-la no programa eleitoral com que se irá apresentar às eleições autárquicas de 2009.”



OPINIÃO



MARIA DE FÁTIMA PIMENTA
Deputada do PS

A conciliação entre trabalho, vida familiar e política, tem que ser o tema central nas agendas políticas das sociedades modernas

AS MULHERES NA POLÍTICA UMA QUESTÃO DE QUALIDADE DA DEMOCRACIA

SE, num desses momentos que guardamos para falarmos a nós mesmos, nos questionarmos sobre o que define a qualidade de uma democracia, poderemos, certamente, enumerar um conjunto de atributos.

Procurarei deter-me numa qualidade que, desde que tenho “consciência de mim”, me interpela: a igualdade entre homens e mulheres. Igualdade traduzida em visibilidade, poder e participação em todas as esferas da vida pública e privada. Sim, essa igualdade, traduzida em liberdade de tomar lugar, no lugar das decisões!

Para os que nunca se sentiram interpelados por estranha relação com a qualidade da democracia, permitam-me que vos relembre alguns momentos da nossa história recente.

Em 1822, na sessão de 22 de Abril, das Cortes Gerais, o deputado Domingos de Barros propôs que as mães de seis filhos legítimos pudessem votar nas eleições. A questão não foi admitida à discussão, dado tratar-se e cito “de um direito político e deles são as mulheres incapazes”. O deputado contra argumentou, e cito, “... quem cioso de mandar, lhes teme a superioridade e as virtudes”. Curiosamente, nessa mesma sessão foi admitida à discussão a capacidade eleitoral “dos falidos, dos que têm feito banca rota e dos devedores insolúveis”.

No final do século XIX, em 1892, D. António da Costa, no seu livro “A mulher em Portugal”, refere que “os direitos políticos não têm sido concedidos à mulher. Nenhuma portuguesa é elegível, nem eleitora, nem ministra, nem deputada, nem juíza”. Considerava o autor da obra: “Mas decerto não será deste regedor, nem de nenhum dos partidos monárquicos, que provirão as reformas fundamentais dos direitos políticos outorgados à mulher”. Fim de citação. Estava convicto que os partidos republicanos fariam a diferença. Curiosamente, a “Geração de 70”, essa geração de intelectuais notáveis, continuou a defender um modelo de mulher: mãe, esposa e educadora subordinada.

Quem diria que a República, a Primeira, trairia aqueles e aquelas que defendiam um lugar na política para as mulheres. Em 1911, o Governo promulga os decretos eleitorais, onde se consideram eleitores “os portugueses maiores de vinte e um anos, residentes em território nacional, que saibam ler e escrever e forem chefes de família”.

Carolina Beatriz Ângelo apresenta-se para votar e é-lhe negada a sua inscrição nos cadernos eleitorais. Recorre para o tribunal, invocando a sua qualidade de chefe de família, uma vez que era viúva e mãe, e consegue que um tribunal lhe reconhecesse o direito a votar na base do sentido abrangente do plural masculino da expressão ‘cidadãos portugueses’ que se refere, a um tempo, a homens e a mulheres. Para evitar que este terrível precedente se repetisse, a lei foi alterada no ano seguinte, com a especificação de que apenas os chefes de família do sexo masculino poderiam votar. Carolina Beatriz Ângelo tornou-se, assim, a primeira mulher a votar em Portugal.

Quanto ao período do Estado Novo ... era uma ditadura e está tudo dito!

Foi preciso esperar por Abril de 1974, foi necessário chegar “essa madrugada inteira e limpa ...” nas palavras de Sofia, para que as mulheres tivessem direito a votar e serem eleitas. Curiosamente, as mulheres na Nova Zelândia têm direito de voto desde 1893, na Austrália desde 1902, na Finlândia desde 1906 e na Noruega desde 1907.

Volidos 34 anos em regime democrático, poderemos afirmar que muito se fez pela

qualidade da democracia, no que toca à participação das mulheres. Muitos dirão que o caminho faz-se caminhando e que está quase todo percorrido.

Curiosamente, vivemos, ainda, uma situação paradoxal: a par de um quadro jurídico-constitucional que consubstancia a igualdade entre homens e mulheres, corre um quotidiano, onde são as mulheres que assumem quase por inteiro as “despesas” da conciliação entre a vida familiar e profissional.

Os estudos revelam que as mulheres gastam em média 26 horas semanais a cuidar da família, os homens ficam-se pelas 9 horas. Em 2006 só 438 pais partilharam a licença de maternidade com a mãe, representa um por cento, num total de 100 mil nascimentos. E apenas 39% dos pais gozaram o direito de cinco dias após o nascimento da criança, um direito dos pais e dos filhos.

Nenhum verdadeiro democrata considerará que as mulheres não devem ter o direito à sua carreira profissional e política. Por isso, é aqui que tudo se joga: o tempo da partilha, o tempo da conciliação.

A família continua, independentemente das suas formas, a ser mencionada como espaço de referência, de afectos, o “porto seguro”. Por isso, numa democracia de qualidade, todos temos que reconhecer igual valor social dado à maternidade e à paternidade. Não podemos esquecer que a posição das mulheres na família é determinante para a sua relação com a esfera pública e o seu estatuto como cidadã, e não pode ser separada destes factores.

Partilho a convicção, com muitos e muitas democratas, que para construirmos uma democracia de qualidade, não podemos continuar a cometer um dos grandes equívocos que é continuar a ignorar que as responsabilidades das mulheres na família não têm grandes implicações no seu estatuto económico (veja-se as disparidades salariais entre homens e mulheres para a mesma função, veja-se a forma como as mulheres grávidas ou em licença de maternidade são prejudicadas na sua carreira ou mesmo na continuação do seu posto de trabalho) e fundamentalmente na sua capacidade/disponibilidade para participar na vida política.

Por isso, a conciliação entre trabalho, vida familiar e política tem que ser o tema central nas agendas políticas das sociedades modernas.

Os valores da República, que nos interpelam, constantemente, e especialmente quando se aproxima o primeiro centenário, pois estes mesmos valores exigem de todos nós uma intervenção mais activa na promoção do ideal igualitário, afinal um dos valores mais decisivos para o cumprimento político da comunidade e do seu dever.

Um tributo a Domingos Borges de Barros, o primeiro deputado a propor o voto para as mulheres portuguesas. Aos meus camaradas homens que são capazes de deixar uma cerimónia pública para assistir à festa de fim de ano escolar do filhote ou filhota e fruir esses raros momentos da nossa existência. Aos socialistas que assumiram por inteiro a lei da paridade e acreditam que ela ajudará a colmatar, em breve, muitas das injustiças feitas ao trabalho político realizado, na sombra, pelas mulheres portuguesas e dará visibilidade a esse mérito. As 29 mulheres socialistas que foram eleitas presidentes de Comissões Políticas, desde Melgaço, bem ao norte, até ao Algarve.

Uma democracia com qualidade procurará empenhar-se para que as mulheres deixem de ter, no palco da história política, um papel de ligeira sombra!

JOÃO SOARES ELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA OSCE



O DEPUTADO socialista João Soares foi eleito presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (AP OSCE) na 17.ª sessão anual desta instituição, que decorreu em Astana, Cazaquistão. Trata-se da primeira vez que um português ocupa a presidência desta organização.

A AP-OSCE é constituída por 320 parlamentares em representação de 56 países, onde se incluem todos os estados europeus, a Rússia e as antigas repúblicas soviéticas, os Estados Unidos e o Canadá, estendendo-se num espaço geográfico de Vancouver (na costa canadiana do Pacífico) a Vladivostoque (no extremo oriente russo).

Esta organização tem também uma actuação de relevo na bacia do Mediterrâneo, na Ásia Central,

no Cáucaso e nos Balcãs.

João Soares contou com o apoio do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e da delegação portuguesa, que é constituída pelos deputados do PS Osvaldo Castro, Maria Antónia Almeida Santos e Isabel Pires de Lima, e parlamentares de outros partidos com representação na Assembleia da República.

Recorde-se que a Assembleia Parlamentar da OSCE foi criada em 1992 e representa a dimensão parlamentar da OSCE, tendo uma participação activa em áreas como os assuntos políticos e a segurança; assuntos económicos e ambientais; direitos humanos e liberdade de imprensa. Compete ainda à AP OSCE a organização de missões internacionais de observação eleitoral na sua área de actuação geográfica.

José Junqueiro recebe prémio de cooperação para defesa do Mediterrâneo

O VICE-PRESIDENTE da bancada do PS José Junqueiro recebeu, em nome da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e da República de Malta, a máxima distinção da 10.ª edição do Simpósio Internacional da Água, que decorreu recentemente em Cannes, França.

O prémio foi atribuído por um júri internacional, que assim nobilitou o trabalho desenvolvido pelo referido fórum parlamentar na cooperação e defesa do Mediterrâneo e prestigiou não só o trabalho desenvolvido por José Junqueiro, mas também o desempenho da Delegação Portuguesa da Assembleia da República na APM, a qual é actualmente presidida por este deputado socialista.

“A minha escolha para receber o prémio foi um momento particularmente gratificante, tanto mais porque significa que somos fonte de credibilidade e confiança”, declarou Junqueiro ao “Acção Socialista”, ocasião em que também se manifestou muito honrado por ter sido convidado a presidir à reunião do Grupo Especial de Trabalho onde se debateu a Gestão Integrada de Recursos da APM, e escolhido para apresentar a declaração “L’Appel de Cannes”.

Na sua intervenção de abertura dos trabalhos, intitulada “A água como factor de equilíbrio e garante de justiça e estabilidade na Bacia do Mediterrâneo”, José Junqueiro



sublinhou a necessidade de “encorajar projectos concretos que impliquem a gestão integrada dos recursos naturais, explorando ao máximo as novas tecnologias”.

“Hoje, muito frequentemente, a gestão da água na região mediterrânica é objecto de uma fractura evidente entre os estados”, observou, para de seguida alertar para o facto das reservas do precioso líquido estarem a diminuir significativamente, o que afecta sobretudo o Médio Oriente e o Norte do continente africano.

“Estas circunstâncias poderiam originar um enfraquecimento posterior da segurança alimentar e a APM preconiza, para reverter a situação, uma cooperação estreita entre os membros”, avisou, esclarecendo depois que a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

encoraja os países mediterrânicos a efectuarem controlos regulares das suas reservas de água e propõe que se considere uma perspectiva a longo prazo para desenvolver métodos de gestão hídrica apropriada.

Quanto à qualidade da água, José Junqueiro insistiu na importância da implementação de medidas, aos níveis internacional e nacional, com vista a conservar e proteger os lagos, zonas húmidas, estuários, ambientes marinhos e vegetais, as águas subterrâneas do Mediterrâneo e todos os cursos de água.

Destaque-se que a APM, com sede em Malta, é um organismo que visa essencialmente “fazer do Mediterrâneo um espaço de paz, estabilidade e segurança para todos” e se perfila como o único fórum parlamentar aberto à adesão de todos os países da região. M.R.

Jornadas do PS/Oliveira de Azeméis sobre indústria e empreendedorismo

NO ÂMBITO das jornadas concelhias do PS de Oliveira de Azeméis, decorreu durante o mês de Junho a iniciativa “Um olhar sobre a indústria oliveirense”, dedicada à indústria e empreendedorismo, que culminou com uma sessão final, que contou com a presença de Carlos Lage, presidente da CCDRN e gestor do QREN da região Norte, e de Óscar Gaspar, economista e assessor do primeiro-ministro para a área da economia, e de

Nesta sessão, onde foram apresentadas as conclusões relativas às visitas efectuadas às empresas do concelho, os dois oradores salientaram o relevo que, em termos económicos, Oliveira de Azeméis representa no que diz respeito à zona Norte, assim como as oportunidades que poderá usufruir para suprir os atrasos que ainda apresenta em termos de oportunidades de investimento em infra-estruturas básicas.

Ambos os oradores sublinharam a importância do empreendedorismo e abordaram as questões mais relevantes relativas à indústria nacional e local, bem como as oportunidades que o QREN poderá representar para os investidores, em particular para os municípios da região Norte.



Segundo o presidente da Concelhia socialista, Hélder Simões, estas jornadas “pretenderam dar o nosso contributo para o aprofundamento do conhecimento real da nossa indústria e dos nossos empresários, das suas dificuldades em concreto, das suas perspectivas para o futuro, num contexto global de cada vez mais exigente e comple-

to”, acrescentando que durante o mês de Junho “privilegiámos o trabalho no terreno, visitando diversas empresas representativas de sectores industriais importantes para o nosso concelho”.

Desta jornada temática, destacam-se as seguintes conclusões: “Os empresários oliveirenses têm grande dinamismo e deter-

minação, qualidades que se desenvolveram sobre uma tradição empresarial sólida, o que lhes tem permitido mitigar os impactos negativos de um difícil contexto nacional e internacional”; “as zonas industriais são uma necessidade prioritária para o desenvolvimento das empresas do concelho e para o surgimento de novas unidades”; “é necessário que o município assuma, de facto, um papel facilitador da instalação de novas unidades industriais ou de reformulação ou aumento de unidades existentes”; “é necessário que haja uma evolução da Escola e da Formação Profissional para patamares de maiores competências e de excelência”.

Nas conclusões refere-se ainda que “apesar de todos os constrangimentos que hoje afligem os industriais, os nossos empresários continuam a lutar, reestruturando e adaptando as suas empresas às novas realidades, procurando novos mercados, novos produtos, novas oportunidades”. Por fim, os socialistas de Oliveira de Azeméis sublinharam a sensibilidade social e humanidade dos empresários do concelho, “que fazem todos os esforços para preservarem nas suas empresas os postos de trabalho”. J.C.C.B.

Sócrates biografado por Eduarda Maio

O DIRIGENTE socialista António Vitorino e o ex-secretário-geral do PSD Manuel Dias Loureiro apresentaram em Lisboa a biografia do primeiro-ministro, José Sócrates, livro da autoria da jornalista e subdirectora da Antena 1, Eduarda Maio, "O menino de ouro do PS".

Para Vitorino, um dos factos que ajudam a compreender melhor a personalidade política do actual chefe do Governo, envolve a circunstância de José Sócrates ser o "primeiro líder do PS após a geração dos fundadores da democracia portuguesa", facto que em sua opinião auxilia a descrever a sua personalidade política, mostrando concordar, por outro lado, com a análise de Dias Loureiro quando este afirmou que o actual primeiro-ministro sempre conseguiu fazer "uma rigorosa separação entre a vida pública e a sua vida privada".

Este aspecto configura aliás, na opinião do ex-comissário europeu, António Vitorino, uma personalidade forte e determinada, fruto certamente, como sublinhou, do facto de José Sócrates "ter iniciado a sua actividade política ainda jovem", algo que se assemelha em muito ao "modelo seguido pelos políticos nas democracias mais modernas e avançadas do mundo".

O primeiro-ministro é, para Vitorino, um político moderno, um homem do nosso tempo, empenhado em comunicar e que "sabe o valor e o peso que a comunicação tem em política". Mas é também, como acrescentou, "um político moderno porque profissional e empenhado na sua actividade" e porque sabe a importância que tem nos dias de hoje ter que se

"focalizar nos resultados".

A par disto, e não menos significativo, tem igualmente sabido marcar a diferença "entre a esquerda que defende e a oposição à esquerda do PS".

Para José Sócrates, disse ainda António Vitorino, nenhuma estratégia, por maior convicção que se possa ter sobre ela, pode alcançar sucesso se não se tiver a necessária mobilidade para ouvir e compreender quem nos rodeia onde a versatilidade represen-

ta uma das características que marcam um mundo em rápida mudança.

Mas há um princípio do qual nunca se desviou um minuto e que para ele é fixo: "O de que o interesse geral deve prevalecer sobre o interesse particular". Desta convicção, disse, "nunca abdicou".

"O optimismo de Sócrates faz muito bem a Portugal"

Ex-ministro nos governos de

Cavaco Silva, com as pastas dos Assuntos Parlamentares e da Administração Interna, e ex-secretário-geral do PSD, Manuel Dias Loureiro foi outra das figuras que usaram da palavra na apresentação da biografia de José Sócrates.

Começando por sublinhar que a "afectividade" do actual primeiro-ministro foi a característica que mais o "emocionou" na leitura do livro de Eduarda Maio, Dias Loureiro não deixou escapar alguma emoção quando se referiu ao amor

que Sócrates manifesta pela sua terra, em Trás-os-Montes, afirmando que "estão em Vilar de Maçada os valores que o amarram à vida".

Há duas coisas que não podemos escolher, defendeu Dias Loureiro: "Os nossos pais e onde nascemos".

Por isso, acrescentou, "temos a obrigação de respeitar essa herança, amá-la e transmiti-la", sublinhando mais à frente que o actual primeiro-ministro socialista se caracteriza também por uma "enorme generosidade, sensatez e prudência".

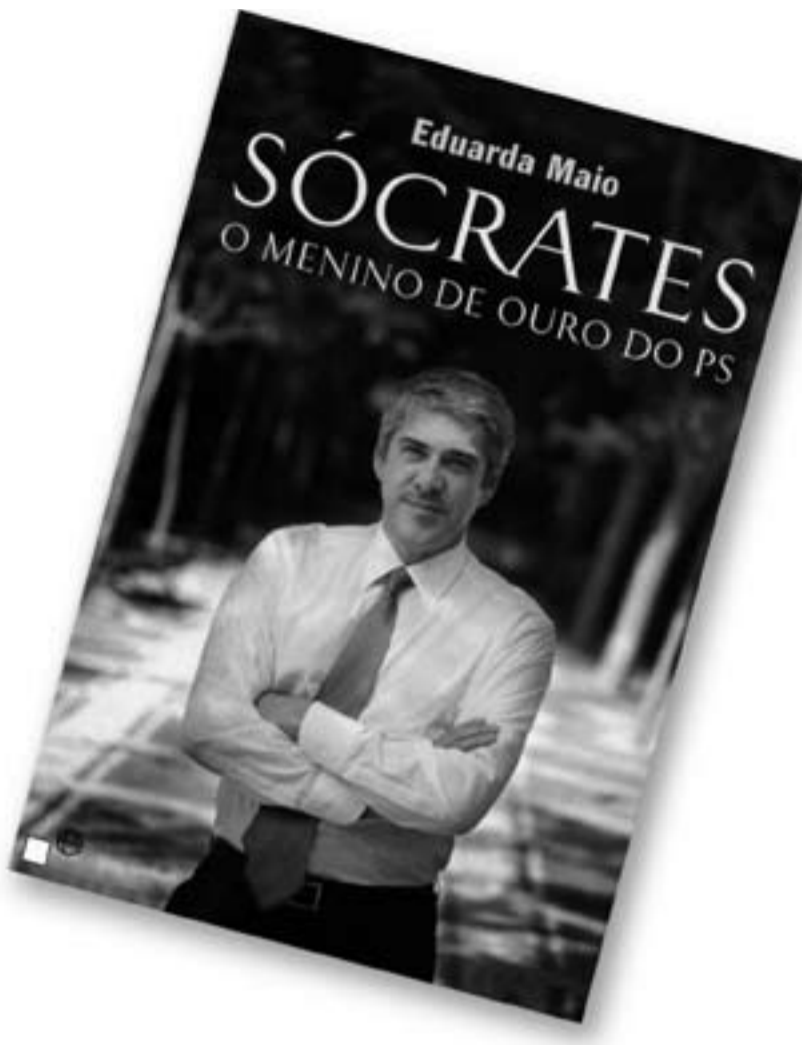
Sensatez e prudência que em sua opinião estão bem patentes "na caminhada que o levou até à direcção do PS" demonstrado "traços de coragem, de homem trabalhador e homem de detalhes".

É que só quem está atento aos detalhes, disse ainda, "pode fazer grandes coisas", distintiva que faz parte integrante da essência e do carácter político dos grandes homens.

Para além de possuir estes atributos, José Sócrates tem ainda demonstrado, na perspectiva de Dias Loureiro, uma assinalável "capacidade de liderança e de estratégia", algo que importa salientar, afirmando mais à frente que "o optimismo de Sócrates faz muito bem a Portugal".

É que quando os ventos sopram fortes, "alguns fazem moinhos", enquanto outros, disse, "procuram abrigos para se esconder". José Sócrates na opinião de Dias Loureiro "é dos que fazem moinhos".

Foram várias as personalidades que encheram por completo a plateia, com destaque para a presença de numerosos deputados do Partido Socialista, autarcas e membros do Governo. R.S.A.



Socialistas saúdam libertação de Ingrid Betancourt

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista apresentou, no dia 3 de Julho, na Assembleia da República, um voto de congratulação pela recente libertação da ex-candidata presidencial colombiana e activista ambientalista Ingrid Betancourt, que há seis anos permanecia refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), bem como de outros 14 reféns, entre os quais o lusodescendente Marc Gonçalves.

O documento foi aprovado com os votos favoráveis de todas as bancadas, com excepção do PCP, que apresentou um documento próprio, um dia depois, escusando-se a condenar a organização armada em questão e contestando que esta seja terrorista.

Refira-se que o documento apresentado por iniciativa socialista



expressa satisfação pela libertação de Betancourt e dos outros reféns, classifica as FARC como grupo

terrorista e repudia a sua actividade.

No final do debate parlamentar, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, considerou "inadmissível que se procure saudar essa libertação [de Ingrid Betancourt] sem condenar o sequestro", assinalando que o voto do PCP "em nenhum momento condena o acto das FARC".

Assim, Santos Silva criticou os comunistas por tentarem "descul-

par" as FARC e os seus métodos, denunciando, deste modo, "uma visão distorcida da democracia".

MAIS E MELHOR INTEGRAÇÃO COM PORTUGUÊS PARA TODOS

PARA facilitar a aprendizagem da língua portuguesa à população imigrante, favorecendo simultaneamente uma inclusão social e profissional mais adequadas, o Ministério da Educação lançou o Programa Português para Todos (PPT).

O PPT traduz-se na disponibilização à população imigrante adulta de cursos de formação de português técnico, que facilitará o acesso e a integração no mercado de trabalho, para os sectores do comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil, bem como cursos de português certificados, que auxiliarão nos processos de acesso à nacionalidade e à autorização de residência permanente e/ou estatuto de residente de longa duração.

Consubstanciando a ideia de que a aprendizagem da língua portuguesa favorece a inclusão

social e profissional dos imigrantes, potenciando uma maior igualdade de oportunidades para todos e facilitando também o exercício da cidadania, o Governo do PS, através das escolas do Ministério da Educação e de centros de formação profissional, faz assim uma aposta na integração qualificada dos cidadãos estrangeiros que escolheram Portugal para viver, num projecto que conta também com o co-financiamento do Fundo Social Europeu.

A cerimónia oficial de lançamento do PPT, que decorreu recentemente na Escola Secundária de Freitas Branco, em Paço de Arcos, foi presidida pela ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e contou com a presença do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, e do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina.

OPINIÃO

CARLOS LOPES
Deputado do PS

Este Verão, durante o período crítico de incêndios florestais – a fase Charlie –, Portugal vai dispor de um dispositivo reforçado, com 56 meios aéreos

INCÊNDIOS FLORESTAIS: UMA PREOCUPAÇÃO DE PORTUGAL E DA EUROPA

O PARLAMENTO Europeu aprovou recentemente, por ampla maioria, uma resolução sobre o reforço da capacidade de resposta da União Europeia às catástrofes, na qual convida a Comissão Europeia a criar uma força europeia de protecção civil. Esta resolução refere também para a necessidade do reconhecimento da “especificidade das catástrofes naturais de índole mediterrânica”, como a seca e os incêndios florestais. Uma preocupação que a Assembleia da República em 2006, numa iniciativa socialista, transmitiu ao Parlamento Europeu, no quadro do debate da Reforma do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Os vários estudos realizados sobre as alterações climáticas são convergentes na conclusão que os impactos mais negativos serão registados na Europa do Sul. Nesse aspecto, a Península Ibérica é um território que se tem revelado particularmente vulnerável aos efeitos nefastos do aquecimento global. O país deve estar preparado para responder a ondas de calor mais frequentes e a secas mais severas, factores potenciadores de incêndios florestais devastadores. Nessa perspectiva, o Governo socialista tem, ano após ano, consolidado a capacidade de resposta do país ao nível da prevenção, preparação, combate e recuperação das áreas ardidas, quer na perspectiva nacional quer numa perspectiva mais ampla do auxílio internacional.

A qualificação e segurança dos agentes de protecção civil e em particular dos bombeiros voluntários no combate aos incêndios tem sido uma prioridade da política de protecção civil iniciada por este Governo. De facto, constata-se hoje que os nossos bombeiros estão cada vez melhor preparados para dar resposta aos objectivos operacionais definidos na Directiva Operacional da Autoridade Nacional de Protecção Civil – a prontidão da resposta no ataque inicial aos fogos nascentes e o reforço da capacidade de ataque ampliado.

Este Verão, durante o período crítico de incêndios florestais – a fase Charlie –, Portugal vai dispor de um dispositivo reforçado, com 56 meios aéreos. Um reforço importante da capacidade de resposta face ao ano transacto, que também encontra expressão na Força Operacional Conjunta que reúne 9600 homens e mulheres, que vão estar no terreno apoiados por cerca de 2270 veículos. Este é o resultado de uma estratégia progressiva de programação atempada dos meios para melhor responder aos desafios colocados pelos incêndios florestais.

Os resultados obtidos no computo final da área ardida em 2006 e 2007 deixam-nos optimistas quanto ao caminho traçado pelo Governo. No entanto, não podemos traçar paralelismos face aos resultados positivos destes últimos dois anos. Cada ano tem o seu contexto de análise próprio, como o Parlamento tem testemunhado nos relatórios produzidos. Contudo, não podemos deixar de enaltecer o empenho que este Governo colocou na prontidão dos meios de resposta (humanos e logísticos) e na capacidade de comando, coordenação e gestão eficiente e profissional dos meios que tem revelado.

A Assembleia da República continua atenta a esta importante ameaça da floresta nacional. Dando seguimento ao trabalho parlamentar desenvolvido nas anteriores Comissões Eventuais de Fogos Florestais, a Subcomissão Parlamentar de Agricultura, presidida pelo deputado socialista Miguel Ginstal, vai estar no terreno durante o Verão, com a missão de acompanhar e fiscalizar a implementação da política do Governo, uma missão que se irá prolongar durante a próxima sessão legislativa.

Nessa perspectiva, os deputados vão estar particularmente atentos ao desempenho das recém-criadas Equipas de Intervenção Permanentes dos Corpos de Bombeiros e da Força Especial de Bombeiros “Canarinhos” durante as visitas a efectuar. Estas são duas apostas decisivas do Governo na perspectiva da profissionalização progressiva do voluntariado, uma ideia inteiramente subscrita pelos deputados socialistas.

Num Verão que se prevê complicado do ponto de vista meteorológico, gostaria de concluir com uma palavra de confiança aos novos titulares das pastas da Protecção Civil e do Desenvolvimento Rural, na certeza do apoio inequívoco do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na defesa contra os ataques da demagogia populista das vozes da Oposição. A política deste Governo tem-se revelado decisiva para os bons resultados obtidos e permite ao país ter hoje confiança na concretização das metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Novos investimentos potenciam desenvolvimento do Algarve

ESTADO DA REGIÃO

A construção da barragem de Ódelouca, a requalificação da EN 125 e o lançamento dos concursos do Hospital Central do Algarve e do Polis da Ria Formosa são “quatro projectos estruturantes” que correspondem a um “investimento qualificador que potencia o desenvolvimento do Algarve e atrai riqueza”, realçou no dia 27 de Junho, no pavilhão Arena, em Portimão, o secretário-geral do PS, José Sócrates.



AO INTERVIR perante mais de mil militantes no âmbito da iniciativa “O Estado da Região”, José Sócrates considerou que estes projectos do Governo “são indispensáveis à modernização do Algarve” e contribuem para a “afirmação da economia portuguesa”.

O líder do PS, no seu discurso, recordou ainda o esforço feito pelo Governo para “pôr as contas públicas em ordem”, o que permitiu ao mesmo tempo lançar um “vasto e ambicioso” programa de políticas sociais. “Nós acreditamos que o Estado tem um papel a desempenhar na economia, por isso queremos contas públicas em ordem”, disse.

José Sócrates destacou, a propósito do relatório sobre “Políticas de apoio às famílias”, elaborado pelo presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, o reforço do abono de família, o lançamento do abono pré-natal para grávidas a partir do terceiro mês, o complemento solidário para idosos, que abrange já 90 mil idosos, o investimento feito em equipamentos sociais, creches e lares, através do programa PARES, a vacina contra o cancro do colo do útero, o programa de saúde oral para grávidas e idosos com baixos rendimentos e o programa “Novas Oportunidades”.

“Foram três anos marcados pelo

reforço das políticas sociais”, disse, acrescentando que “fomos sempre capazes, através de uma política de rigor financeiro, de encontrar os recursos financeiros para que as políticas sociais se desenvolvessem”.

No seu discurso, José Sócrates referiu ainda que os autarcas socialistas do Algarve “são um exemplo para todos os autarcas do PS”, sublinhando que “hoje os partidos que são mais capazes são os que são abertos à contribuição de todos, em especial dos cidadãos e dos sectores mais dinâmicos”.

Antes, o presidente da Federação do Algarve, Miguel Freitas, procedeu à apresentação do relatório sobre “Políticas de apoio às famílias” na região, elaborado após vários encontros de trabalho com instituições nas áreas da saúde, educação e acção social.

Políticas de apoio à família

No âmbito do documento, Miguel Freitas passou em revista os compromissos realizados no âmbito da agenda do partido para o Algarve, o investimento nos equipamentos sociais na área do pré-escolar e no ensino básico, bem como o lançamento do complemento solidário para idosos, o avanço do projecto do Hospital Central do Algarve,

a alteração dos serviços de saúde primários, a ampliação do serviço de urgências do Hospital Central de Faro, a melhoria dos serviços materno-infantis e o alargamento dos serviços de cuidados continuados, que considerou “o trabalho mais notável” na área da saúde.

Em matéria de protecção social destacou a intervenção do Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve e a abertura de candidaturas de novos projectos ao programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que visa a intervenção integrada em bairros problemáticos.

“Sabemos que há dificuldades e é necessário encontrar respostas imediatas para os que mais precisam, mas os problemas não nos podem toldar a visão, sendo essencial continuarmos o nosso trabalho a pensar no futuro, como estamos a fazer”, referiu Miguel Freitas.

Quanto ao programa “Novas Oportunidades”, que abrange cerca de 3300 jovens e adultos na região, o presidente da Federação considerou-o fundamental no combate ao abandono e insucesso escolares no ensino secundário, permitindo ao Algarve atingir, em 2009, a meta dos 50% de alunos a frequentar o ensino qualificante. “Esta é uma das grandes apostas de José Sócrates”, sublinhou Miguel

www.ps-odemira.com

O PS/ODEMIRA tem desde o dia 30 de Junho “on-line” o seu novo “site” em www.ps-odemira.com, “fruto de um grande esforço colectivo”, que tem como objectivo “estreitar relações e potenciar a interacção com os nossos militantes e concidadãos”, afirmou o presidente da Concelhia socialista, Ricardo Cardoso.

Para além de “uma valiosa ferramenta de dados, onde podem ser encontradas diversas informações, como a composição dos diversos órgãos da Concelhia, os

autarcas eleitos, todos os resultados eleitorais concelhios desde 1974, a história do PS/Odemira e diversas galerias de fotos”, o líder da Concelhia socialista referiu que este “site” é também “um importante meio de conhecimento onde estão disponíveis diversos documentos do PS, como os estatutos, bases programáticas, declaração de princípios e moções políticas nacional e regional, assim como toda a legislação relacionada com eleições, campanhas e autarquias”.

Na verdade, segundo Ricardo Cardoso, “a grande mais-valia está na tal interacção, pois o web site é constantemente actualizado com notícias relacionadas com o PS/Odemira e dispõe de uma sede virtual, onde é possível recolher informações como o pagamento de quotas e fazer download da ficha de adesão”, acrescentando que “a este está ainda associada uma newsletter que será o grande expoente desse relacionamento, que se quer estreito, com os nossos militantes”.

BREVES

Mais balcões Casa Pronta

ENTRARAM em funcionamento sete novos balcões Casa Pronta nas Conservatórias do Registo Predial de Borba, Carrazeda de Ansiães, Constância, Entroncamento, Miranda do Douro, Sertã e Vimioso, bem como em dez localidades do município de Santo Tirso.

Assim, nestas localidades passa a ser mais fácil, mais rápido, mais barato e mais seguro tratar de todas as operações relacionadas com a compra e venda de casa.

Com estes novos postos de atendimento o serviço Casa Pronta passa a estar disponível em 80 postos de atendimento, abrangendo 76 municípios e 18 distritos.

O serviço Casa Pronta permite realizar num único balcão todas as operações relativas à compra e venda de casa, como pagar impostos, celebrar o contrato de compra e venda, pedir a isenção de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e realizar de imediato todos os registos evitando-se mais deslocações.



Desde a entrada em funcionamento deste projecto já foram já realizados mais de 5630 procedimentos Casa Pronta.

De salientar que a revista "Dinheiro & Direitos", da Deco, Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores, publicou, na edição do mês de Março, um artigo sobre as vantagens que o serviço Casa Pronta apresenta perante os serviços prestados pelos notários públicos e privados, tendo concluído que este serviço simplificou o processos de compra e registo de imóveis permitindo ao cidadão tratar de toda a documentação num único local e de uma forma mais barata, pagando até menos 40% relação às vias tradicionais.

Santo, em Évora, e o Hospital de São João de Deus, em Vila Nova de Famalicão.

Portugal é exemplo de simplificação administrativa



PORTUGAL é um bom exemplo ao nível da simplificação administrativa e Governo, revela um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apresentado no Centro de Congressos de Lisboa. Durante o encontro foi lançado oficialmente a Rede Comum de Conhecimento pela secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques.

Portugal é o sétimo país mais pacífico do mundo



SEGUNDO o Global Peace Index (GPI), Portugal é o sétimo país mais pacífico do mundo e o terceiro no âmbito da União Europeia, tendo registado uma subida de dois lugares em relação a 2007.

Reclamações pela Internet

DESDE 1 de Julho que está disponível através da Internet, no "site" das declarações electrónicas, o novo sistema informático de reclamações que permitirá realizar o registo e acompanhamento das reclamações de atendimento presencial.

Acesso ao ensino superior simplificado

FOI publicado em "Diário da República", no dia 25 de Junho, o diploma com várias medidas de simplificação de acesso ao ensino superior, entre as quais se destaca

a criação do regime de estudante a tempo parcial.



Concurso de projectos que apoiam a iniciativa empresarial



OS PRÉMIOS europeus de iniciativa empresarial 2008 estão abertos a candidaturas nacionais até 30 de Dezembro. Esta iniciativa, lançada há três anos pela Comissão Europeia e dinamizada em Portugal pelo IAPMEI, tem como objectivo central identificar e premiar as melhores práticas de iniciativa empresarial na Europa.

Subsídios de maternidade e paternidade para desempregados

UM DIPLOMA do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no dia 25 de Junho, reforça a protecção social à população que não se encontra inserida no mercado de trabalho ou que não tem direito a protecção no domínio do sistema providencial e que, simultaneamente, se encontra numa situação de vulnerabilidade económica.

Calendário escolar do próximo ano lectivo definido



O CALENDÁRIO escolar de 2008-09 já está definido e determina que as aulas para os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário tenham início entre os dias 10 e 15 de Setembro de 2008.

Governo aprova recenseamento eleitoral automático

NO ÂMBITO do programa Simplex, o Governo

aprovou no dia 16 de Junho a proposta de lei que consagra medidas de simplificação e modernização, com o objectivo de assegurar a actualização permanente e automática do recenseamento eleitoral.

Balcões de heranças e divórcio com partilha com mais oito postos



O BALCÃO das Heranças e o Balcão Divórcio com Partilha passaram a estar disponíveis em mais oito conservatórias, nomeadamente em Murça, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Porto, Vendas Novas, Vila Pouca de Aguiar e Vouzela. Com este alargamento. Os serviços em causa passam a estar presentes em 19 postos de atendimento.

Revalidação da carta de condução em 76 postos de atendimento

A revalidação da carta de condução pode ser solicitada num dos 76 Postos de Atendimento do Cidadão (PAC) existentes no país, evitando assim deslocações e filas de espera.

Nove autarquias com medidas Simplex

O programa Simplex Autárquico já conta com a adesão de nove câmaras, que têm em curso várias medidas de simplificação administrativa, abrangendo os serviços prestados aos cidadãos e às empresas.

Academias TIC nas escolas

O Ministério da Educação celebrou um protocolo com várias empresas da área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a criação de 30 academias TIC nas escolas portuguesas.

Abonos das famílias monoparentais aumentam

Entrou no dia 1 de Julho em vigor a majoração do abono de família, que vai contemplar famílias monoparentais beneficiárias da Segurança Social.

Diminui número de vítimas nas estradas portuguesas

DESDE 2001, o número de mortes devido a acidentes de viação diminuiu 42%, uma das descidas mais significativas registadas na União Europeia.

"Nascer Cidadão" disponível em Évora, Famalicão e Beja

O SERVIÇO "Nascer Cidadão" está disponível desde 19 de Junho em mais duas unidades de saúde: o Hospital do Espírito

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS

COM a eleição da nova liderança do PSD muitos analistas têm insistido na tecla de que se esbateram parte das fronteiras programáticas e ideológicas entre as acções do Governo e aquilo que parece ser o sentido das propostas da oposição.

É verdade que PS e PSD são partidos que apostam no desenvolvimento da União Europeia e na participação plena de Portugal num quadro institucional e económico que estabelece regras económicas partilhadas pelos países que aderiram à moeda única e isso é um factor de estabilidade, em particular nas políticas monetárias.

No entanto, para além disso e não obstante o programa político do PSD ser ainda uma espécie de oráculo generalista, são já possíveis delimitar

fronteiras ideológicas claras entre a visão progressista e transformadora do PS e a abordagem conservadora do PSD.

Desde logo a diferença na abordagem do investimento público, diabolizado pela nova liderança do PSD como é típico do conservadorismo e

utilizado pelo Governo como instrumento de desenvolvimento equilibrado do território, correcção de assimetrias e criação de bases competitivas mais fortes para a economia portuguesa.

Também a aposta no sucesso escolar e o combate ao insucesso e ao abandono, sentido como a perda duma arma de segmentação social pela visão conservadora e entendido como um potente meio de combate às desigualdades e de promoção da mobilidade social pela acção progressista do Governo.

Muitos mais seriam os exemplos com que poderia ilustrar este texto sobre as naturais fronteiras ideológicas entre o Governo e o maior partido da oposição. Escolhi estes dois por corresponderem a duas tomadas de posição relativamente afirmativas da nova liderança do PSD.

A clarificação das diferenças de projectos e de propostas é positiva e saudável para a democracia. A nova líder do PSD ao delimitar o seu terreno de acção política apenas faz o que é normal que faça. Perigosos são os que tudo procuram misturar e confundir em nome de interesses difusos. É sobretudo para minimizar a corrosão da política que essas acções provocam, que importa avivar as legítimas fronteiras ideológicas no nosso contexto democrático.

PS congratula-se com aprovação da lei do divórcio

“PROGRESSO civilizacional” foi a expressão usada por Alberto Martins para se congratular pela aprovação da nova lei do divórcio pela Assembleia da República. Na ocasião, o líder parlamentar do PS acusou a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, de ter uma “concepção ultramontana, retrógrada e inaceitável” de família.

O Parlamento aprovou no dia 4 em votação final global alterações à lei do divórcio que também alargam, no Código Penal, a tipificação da violação do exercício das responsabilidades parentais e alteram o regime sancionatório.

Para o líder parlamentar do PS, a aprovação do diploma constituiu “um passo significativo de avanço em termos de valores civilizacionais, culturais e dos valores modernos da família”.

E acrescentou que “este passo é dado na sequência da aprovação de um conjunto de leis modernizadoras que também tiveram o impulso decisivo dos socialistas, como a lei sobre interrupção voluntária da gravidez, a lei da paridade e a lei da procriação medicamente assistida. Em relação a todo este conjunto de leis, a direita – PSD e CDS – opôs-se”.

Alberto Martins criticou ainda o teor da entrevista dada pela líder do PSD à TVL. “O PS repudia em absoluto as concepções retrógradas, conservadoras que mais uma vez se espelharam na votação da lei do divórcio e que tiveram um traço muito particular nas declarações da presidente do PSD, Manuel Ferreira Leite, dizendo que a família tem como objectivo a procriação”.

Trata-se, segundo o líder do GP/PS, “de um concepção ultramontana, retrógrada e inaceitável que, uma vez mais, foi correspondida pela posição de toda a direita na votação da lei do divórcio. Os portugueses sabem de



que lado está a modernidade, o avanço social e têm a consciência que a lei do divórcio é fundamental para o progresso do país”.

Segundo reiterou Alberto Martins, os princípios de concepção de família preconizados pelos socialistas “assentam numa cooperação de vida em comum, tendo como princípio a liberdade e a igualdade entre as partes que a compõem”.

PS, PCP e Bloco de Esquerda votaram a favor da nova lei do divórcio, o mesmo acontecendo a seis deputados do PSD. Os restantes deputados do PSD e a bancada do CDS/PP votaram contra, bem como a deputada independente Matilde Sousa Franco. Na bancada laranja abstiveram-se quatro deputados e na socialista uma deputada, Teresa Venda, também optou pela abstenção.

Políticas públicas de saúde debatidas em Setúbal

A FEDERAÇÃO de Setúbal do PS, realizou, no âmbito da concelhia do Seixal, no passado dia 2 de Julho, um encontro de militantes que contou com a presença da ministra da Saúde, Ana Jorge, e do secretário de Estado adjunto, Manuel Pizarro.

A sala da Sociedade Timbre Seixalense foi pequena para albergar os muitos militantes e simpatizantes socialistas que quiseram com a sua presença participar no debate sobre as políticas públicas da saúde.

Depois de acompanharem a entrevista que o primeiro-ministro deu à RPT1, através de uma televisão colocada propositadamente na sala, os participantes puderam manifestar a sua concordância com as políticas da saúde defendidas por Ana Jorge e pelo secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro.



Ambos evidenciaram nas suas intervenções a importância da organização das instituições da saúde, tendo os governantes defendido abertamente o Serviço Nacional de Saúde e explicado as razões das alterações em curso,

quer nas unidades familiares de saúde, quer nos centros de saúde ou ainda na rede hospitalar.

Paralelamente a esta iniciativa, a Federação do PS de Setúbal organizou na concelhia de Grândola, na Biblioteca da Câmara Municipal um encontro com a participação do secretário de Estado Pedro Marques, que abordou o tema da Segurança Social.

Na sequência desta iniciativa, a Concelhia de Grândola levou

a efeito uma reunião com militantes e simpatizantes socialistas, em que usaram da palavra João Marcelino, presidente da Concelhia, e Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal. **R.S.A.**